

**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e um realizou-se a Trigesima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no anexo do CAFF, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Silvio Botelho**, Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente; **Maj. Drauto Luiz Oliveira**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carlos Emílio Schwanke**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Sr. Carlos Vinícius Cavalcanti**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Antenor Pacheco Netto**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Eberson José Thimmig Silveira**, Representante da Secretária de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sra. Virgínia Dopper**, Representante da Secretária da Saúde; **Sr. Milton Esmério**, representante da Secretária da Educação; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular de Instituição Universitária Pública; **Sr. Flávio Lewgov**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Ricardo Litwinski Siffert**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sra. Carla Maria Pires Rangel**, Representante Titular da FIERGS; **Sra. Cimara Correa Machado**, Representante Titular do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior**, Representante Titular do DEFAP; **Sr. Mário Buede Teixeira**, Representante Titular da Instituição Universidade Privada; **Sr. Arno Leandro Kayser**, Representante Titular do Movimento Roessler; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valmor Griebeler** e **Sr. Jackson Müller**, Representantes, Titular e Suplente, da FAMURS; **Sra. Denise Maria Mazzoco**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL e **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo deste Conselho e que presidiu esta reunião. Participaram também a Sra. Maria Dolores Pineda, Diretora Técnica da FEPAM, Sr. Gustavo Trindade, Assessor Jurídico da SEMA, Sr. Nelson A. Nicolodi, FAMURS/CONDIMA, Sr. Nelson Lopes de Almeida, SEFARGS, Sr. Moacir Bueno da Silva, ARFOR-Caxias do Sul, Sr. Serafin Quissini, ARFOR, Sr. Elton Müller, STR Nova Petrópolis, Sr. Ingo Critzandag, Secretaria de Agricultura de Salvador do Sul, Sr. Raimundo Bampi, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias do Sul, Sr. João Müller, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salvador do Sul, Sr. Emerson Sichel, ARFOR-Santa Rosa, Sr. Antônio Augusto Ungaretti Marques, Comitê Tramandaí, Sr. Ivo José Bieger, ARFOR, São Luiz Gonzaga, Sr. Marcos R. Matter, ARFOR- Três Passos, Sra. Fátima Miranda Pereira, DEFAP/SEMA, Sr. Juliano Meira Volgelman, ARFOR-Carazinho, Sr. Jorge Carlos Vogelmann, ARFOR-Carazinho, Sr. Gilberto Lendi, STR, Taquari, Sr. João Bandeira, Sr. Dep. Paulo Azeredo, Sr. João Roque da Rosa, Município de Brochier, Secretário da Agricultura, Sra. Helena Rosa Ferraz, SEMA/DEFAP, Sr. Paulo Abraham, Maratá. **Sr. Presidente:** boa-tarde a todos. Já temos “quorum”. Vamos dar início a 37ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. A pauta de hoje à tarde é: **01 – Aprovação da Ata da Trigesima Sexta Reunião Ordinária do CONSEMA; 02 – Discussão sobre a proposta de texto alternativo ao Projeto de Lei 215/2000 e formação de estoque de florestas plantadas; 03 – Descentralização do licenciamento para corte de vegetação como anexo da Resolução 05/98; 04 – Manifestação da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos sobre questionamento encaminhado pelo Ministério Público de Estrela; 05 – Assuntos Gerais.** Antes de passarmos a apreciação da Ata, comunicamos aos Senhores Conselheiros as novas nomeações publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 10 de setembro deste ano. Os representantes da Sociedade de Engenharia: Titular – Fernando Petersen Júnior; Suplente – José Luiz Diniz Barradas. Da FAMURS: Titular: Valmor Griebeler. Da FETAG: Titular – Paulo Olivo Donatti. E temos também um Ofício encaminhado ao Conselho, do Núcleo Amigos da Terra do Brasil, com encaminhamento da cópia da Tese de Mestrado do Sr. Pedro Paulo de Andrade, com o Título “Estudos e efeitos da poluição ambiental aérea sobre a saúde da população entre as duas cidades da região carbonífera do Rio Grande do Sul, Charqueadas e Arroio dos Ratos”. Temos também um informe ao Conselho, do Núcleo Amigos da Terra, referente a primeira reunião do Grupo de Trabalho, deliberado por este Plenário, sobre as questões energéticas no Rio Grande do Sul, Grupo de Trabalho vinculado à Câmara de Controle e Qualidade Ambiental. E vamos ler a íntegra do Ofício: “No dia 26 de setembro próximo passado, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre as questões energéticas no Rio Grande do Sul, vinculado à Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental deste Conselho. Estavam presentes representantes das seguintes entidades: Núcleo Amigos da Terra, AGAPAN, Secretaria de Minas e Energia, FEPAM, Secretaria Estadual de Saúde, PUC, Comitê de Bacias, FIERGS, Batalhão Ambiental da Brigada Militar e a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Foram identificados os temas de interesse e as prioridades e a metodologia de trabalho do Grupo para as próximas reuniões agendadas para este ano. A coordenação dos trabalhos ficará a cargo do Núcleo Amigos da Terra e a relatoria, em princípio, a cargo da

57 representação da FEPAM. As próximas reuniões estão abertas aos demais interessados e estão agendadas para os
58 dias 24 de outubro, 28 de novembro e 19 de dezembro, sempre às quartas-feiras das 09h às 12h no prédio da
59 FEPAM”. E vamos repetir o cronograma de trabalho do Grupo de Trabalho para discussão das questões energéticas
60 no Rio Grande do Sul. As próximas reuniões estão agendadas para o dia 24 de outubro, 28 de novembro e 19 de
61 dezembro, sempre às quartas-feiras das 09h às 12h aqui no prédio da FEPAM. Feitas as comunicações, passamos
62 então a apreciação do primeiro item de pauta. **01 – Aprovação da Ata da Trigesima Sexta Reunião Ordinária do**
63 **CONSEMA.** palavra aberta ao Plenária. A Mesa informa que hoje estamos estreado o sistema de ar-condicionado
64 do auditório. Em apreciação. Enquanto os senhores Conselheiros analisam a Ata, o Secretário Langone não
65 participará da reunião de hoje do Conselho por motivos de viagem. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** na linha
66 308, é citada a manifestação da Profª.Teresinha Guerra. E gostaria que constasse que ela é suplente da representação
67 da Universidade Pública, e os outros suplentes foram citados desta maneira. **Sr. Presidente:** está registrado, e será
68 encaminhada a modificação. A Mesa considera que os Conselheiros aprovam a Ata, não havendo nenhuma
69 manifestação. E aqueles Conselheiros que tiverem observações, correções a fazer, que até ao final encaminhem para
70 a Rosaura que podemos alterar correções de forma ou de lacuna de menção, como foi feita aqui agora. Em votação a
71 Ata da 36ª Reunião Ordinária do Conselho. Aqueles Conselheiros que aprovam a Ata permaneçam como estão.
72 Consideramos a **Ata aprovada.** Registrando de novo que aqueles que desejam fazer pequenas alterações de forma
73 no texto encaminham por escrito à Rosaura até o final desta reunião. **02 – Discussão sobre a proposta de texto**
74 **alternativo ao Projeto de Lei 215/2000 e formação de estoque de florestas plantadas.** Temos duas Câmaras
75 Técnicas que discutiram este assunto, e vamos encaminhar a apresentação dos trabalhos das duas Câmaras Técnicas.
76 O Presidente da Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas vai fazer a apresentação, a leitura da conclusão do
77 trabalho desta Câmara Técnica e depois passamos para a Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria. **Sr. Luiz**
78 **Felippe Kunz Junior:** boa-tarde a todos. A Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal reuniu-se em
79 duas oportunidades para tratar do tema, onde foram analisados os textos legais que tratam deste assunto na
80 Assembléia Legislativa, que foram já distribuídos aos Conselheiros, e também as proposições surgidas na própria
81 Câmara Técnica, uma delas apresentada pelos representantes dos Comitês de Bacia, e a outra apresentada pelo
82 Departamento de Floresta e Áreas Protegidas da SEMA. Os debates se deram em duas reuniões, e até que houve um
83 processo de votação, as duas propostas, até para agilizar os trabalhos, encontram-se no material que foi distribuído
84 aos Conselheiros, e uma delas, a proposta dos Comitês trata da alteração da redação atual do Código Florestal e a
85 proposta do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas trata da supressão de dispositivos no mesmo Código. E
86 depois de analisada pela Câmara Técnica, houve um processo de discussão e votação em que foi aprovada a
87 proposta apresentada pelos Comitês de Bacia, por 3 x 2, e sendo que essa proposta posteriormente, conforme já foi
88 acertado, vai ser apresentada, e vai passar por um processo de apresentação aqui em Plenário, o que não implica já
89 numa apresentação por parte da Presidência da Câmara Técnica neste momento. E o relato que se tem é que dentro
90 da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal a proposta aprovada foi a proposta apresentada pelos
91 Comitês de Bacia. **Sr. Presidente:** a Mesa solicita um pequeno esclarecimento. Temos um material repassado e não
92 está identificado por origem da proposta, e há necessidade de esclarecimento. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** a
93 proposta que foi aprovada na Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal é a proposta que fala da
94 alteração do art. 18 do Código Florestal Estadual, é uma proposta de texto alternativo aos Projetos de Lei nºs
95 299/1998 e 215/2000. E esta foi a proposta aprovada na Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas. **Sr. José**
96 **Lauro de Quadros:** o Projeto de Lei 299/98 de autoria do Dep. Paulo Azeredo, que inclusive encontra-se aqui
97 presente, e o Projeto de Lei 215/2000, do Dep. Adolfo. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** e estes dois projetos
98 também foram avaliados na Câmara Técnica e este é um texto alternativo aos dois projetos de lei. Como todos
99 sabem, o CONSEMA não tem possibilidade de alteração de lei, e é uma proposta de sugestão a própria Assembléia
100 Legislativa de um posicionamento do CONSEMA sobre o tema. E este foi o posicionamento adotado pela Câmara
101 Técnica de Biodiversidade e Política Florestal. **Sr. Presidente:** o Plenário considera-se esclarecido sobre a
102 conclusão da Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas. O texto está apresentado aqui e a Câmara concluiu pela
103 aprovação deste texto. A Mesa sugere a leitura do texto para os Conselheiros. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** vou
104 proceder a leitura do texto aprovado na Câmara Técnica: “Art. 1º – O art. 18 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de
105 janeiro (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul), passa a ter a seguinte redação: Art. 18 – Os
106 consumidores de matéria-prima florestal, assim definidos no Capítulo Sr. Valter:, artigo 42, inciso XXI e alíneas, são
107 obrigados a manter florestas próprias plantadas para exploração racional, ou a formar estoque, diretamente, ou por
108 intermédio de empreendimentos dos quais participem, através de florestas destinadas ao seu suprimento ou ao
109 abastecimento de energia e matéria-prima florestal; Parágrafo 1º – O atendimento ao disposto neste artigo poderá ser
110 realizado através de projetos próprios ou pela execução e/ou participação em programas de fomento junto a
111 cooperativas e associações de reposição obrigatória, aprovados pelo órgão florestal competente; Parágrafo 2º – Cabe
112 ao órgão florestal competente estabelecer os limites de plantio, tendo em vista o equilíbrio entre oferta e procura de
matéria-prima florestal, utilizando entre outros instrumentos, a Declaração de Isenção de Comprovação de Formação

114 de Estoque Florestal, para: I - Os municípios interessados; II - os consumidores de matéria-prima florestal
115 cadastrados; Parágrafo 3º - A Declaração de Isenção de Comprovação de Formação de Estoque Florestal será
116 fornecida aos municípios interessados ou aos consumidores cadastrados, somente após análise e aprovação pelo
117 órgão florestal competente, de estudos realizados por técnicos habilitados, que comprovem o equilíbrio entre a
118 demanda de matéria-prima florestal e o plantio de essências florestais, considerando os resultados do inventário
119 florestal estadual e/ou municipal; Parágrafo 4º - A apresentação dos estudos citados no parágrafo 3º deste artigo, são
120 de responsabilidade do poder executivo municipal ou do consumidor de matéria-prima florestal; Parágrafo 5º - Cabe
121 ao órgão florestal competente a regulamentação da Declaração de Isenção de Comprovação da Formação de Estoque
122 Florestal, que será concedida por prazo mínimo de 2 (dois) e máximo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovada por
123 igual período, mediante análise e aprovação de novos estudos; Art. 2º - Esta lei entre em vigor na data da sua
124 publicação; Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário”. Este é o texto que foi aprovado na Câmara Técnica
125 de Biodiversidade e Política Florestal. **Sr. Presidente:** para os Conselheiros que chegaram agora, estamos tratando
126 da questão do estoque florestal, com a peculiaridade, talvez inédita dentro do Conselho, de termos duas Câmaras
127 Técnicas tratado desse assunto, e as duas Câmaras Técnicas terem chegado a conclusões diversas. E nós então
128 escutamos agora a apresentação da conclusão da Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas, e consultamos os
129 representantes da Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria para a apresentação da conclusão desta Câmara
130 Técnica. A Mesa solicita o relato de um representante da Câmara Técnica que tenha participado das discussões sobre
131 a proposta que foi aprovada na Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:**
132 posso fazer também. A Câmara Técnica de Agroindústria, da qual o DEFAP participou como ouvinte, não tinha
133 assento na própria reunião, e também discutiu esse assunto em duas reuniões, e esse assunto foi levado à Câmara
134 Técnica pela representação da FAMURS, e a FAMURS solicitou que a Câmara Técnica de Agroindústria se
135 manifestasse, e esse assunto foi debatido em duas reuniões da Câmara Técnica, e também foram discutidos os dois
136 projetos, o 299/98 e o 215/00, e a proposta alternativa apresentada pelos Comitês de Bacia a esses textos, e a
137 proposta apresentada pelo DEFAP da Secretaria do Meio Ambiente. Após discussão e votação, na Câmara Técnica
138 de Agroindústria foi aprovada a proposta apresentada pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, e também
139 por 3 x 2. E vou passar a ler a proposta, que é uma proposta de redação simples, e ela prevê a supressão da
140 expressão “guia florestal” no art. 17 do Código Florestal Estadual, da Lei 9.519/92. A redação atual do art. 17 é a
141 seguinte: “Nas florestas plantadas, não vinculadas, é livre a exploração, transporte e comercialização de matéria-
142 prima florestal, desde que acompanhada de documento fiscal e guia florestal”. E nesse artigo se suprimiria a
143 expressão “e guia florestal”, e a redação passaria a ser a seguinte: “Nas florestas plantadas, não vinculada, é livre a
144 exploração, transporte e comercialização da matéria-prima florestal, desde que acompanhada de documento fiscal”.
145 E com relação ao art. 18, e seus incisos, a posição do DEFAP é a supressão desse artigo, sendo retiradas as
146 exigências, hoje constantes na Lei Florestal de formação de estoques de florestas plantadas. Esta é a proposição
147 aprovada na Câmara Técnica de Agroindústria, e não vamos aprofundar, pois vamos ter um tempo de apresentação
148 das duas propostas aprovadas nas Câmaras Técnicas, logo a seguir, pelos propositores, no caso, obrigado. **Sr. Sílvio**
149 **Botelho:** algum Conselheiro necessita de mais um esclarecimento sobre esta segunda proposta apresentada? **Sr.**
150 **Luiz Felipe Kunz Junior:** que a Mesa decida o tempo de apresentação de cada proposta. **Sr. Sílvio Botelho:** a
151 Mesa propõe quinze minutos com uma certa tolerância de dois a três minutos, pois podemos nos prolongar, e os
152 debates e intervenções de Plenário podem ficar prejudicadas. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** vou tentar fazer em
153 quinze minutos. **Sr. José Lauro de Quadros:** eu agradeço a aprovação de quinze minutos, pois há meses e anos que
154 estamos debatendo esse assunto, e já ultrapassou qualquer tipo de maiores esclarecimentos, e portanto, quinze
155 minutos, cumprimento a Mesa. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** por esse motivo acho que devemos esclarecer, pois
156 há pessoas que pela primeira vez vão ver, e nós estamos há anos debatendo. Há vários aspectos a serem considerados,
157 é um assunto polêmico, há várias opiniões a respeito contraditórias e conflitantes. Então, acho que é importante
158 esclarecer bem o assunto, e nesse sentido, peço esse prazo, mas vou tentar ficar nos quinze minutos colocados. **Sr.**
159 **Sílvio Botelho:** temos quinze minutos de apresentação, e a Mesa dá uma tolerância de dois minutos para uma
160 conclusão, se necessário. Começamos pela apresentação da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal.
161 **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** boa-tarde a todos. Vou procurar fazer essa apresentação o mais rápido possível, e
162 talvez vá pulando alguns pontos, que poderemos retomar depois se houverem dúvidas e pedidos de esclarecimentos.
163 O Código Florestal Estadual coloca duas formas de reposição: primeiro, no art.18, referente a questão das florestas
164 nativas. Não será esse o assunto hoje aqui em discussão. Estaremos discutindo a questão do artigo 18, que é a
165 reposição das florestas plantadas, ou chamada, no Código Florestal, de formação de estoque ou manutenção de
166 florestas. É o princípio da obrigatoriedade da reposição de floresta plantada. Por que repor floresta plantada? Porque
167 nós estamos numa situação de déficit florestal, e consumimos mais florestas, mesmo as plantadas, do que se planta. É
168 o é o princípio do desenvolvimento sustentado, e temos que formar o estoque para que as gerações futuras, e nós
169 mesmos, no futuro, ao longo de 7 anos, 10 anos, 12 anos, 15 anos, que é o ciclo de uma floresta, possamos consumir
170 isso. E essa questão de ser uma cultura de longo prazo, se não houvesse essa obrigação e essa fiscalização, o

171 consumidor, em princípio, alguns repõem esse consumo que estão executando, mas não todos, pois hoje em dia o
172 mercado, todos sabem, tem uma visão de curto prazo, e ele não tem essa visão de longo prazo. Então, se não houver
173 essa obrigação de reposição, principalmente para os pequenos consumidores e médios, eles não vão ter essa visão de
174 futuro, de longo prazo, para repor esse estoque que estão consumindo, e mais adiante podem sofrer as consequências
175 dessa falta de florestas. Esse artigo 18 foi regulamentado pelo Decreto 35.439 de 1994, que estabelece então os
176 parâmetros, os índices de seis mudas para cada metro cúbico consumido, ou quatro mudas para cada metro estéreo
177 consumido. Tem-se então as várias modalidades de fazer essa formação de estoque, não é apenas uma. São seis que
178 estão listadas, que é o levantamento circunstanciado de floresta já plantada. No meu ponto de vista não seria bem
179 uma formação de estoque, pois é uma floresta que já foi formada, e não está repondo, mas o decreto permitiu isso, e
180 a implantação de floresta, isso sim, é o plantio de uma floresta, a execução de um projeto de fomento florestal; a
181 participação em projetos de associações de reposição florestal, participação em projetos de administradoras
182 florestais, que também plantam e; aquisição de matéria-prima com adesivo de controle e o selo florestal. No artigo 3º
183 fala da obrigatoriedade da assistência e responsabilidade profissional técnica. Agora, algumas considerações sobre
184 esta questão da reposição de florestas plantadas. O inventário florestal que tivemos oportunidade de ouvir a
185 apresentação aqui neste Plenário, apresentou, agora para esse ano de 2001, os seguintes resultados: nós temos, em
186 termos de floresta total, hoje 18,50% do território do Rio Grande do Sul, dos quais, 17,53% são florestas nativas, e
187 apenas 0,97% que é floresta plantada, ou seja, justamente esta floresta plantada que é a que está disponível para o
188 nosso consumo mais imediato, porque a floresta nativa, apesar de uma parte dela também, alguma coisa de capoeira,
189 alguns cortes seletivos serem permitidos, mas é mediante licenciamento, mediante uma fiscalização bastante rígida, e
190 não é tão fácil para se consumir e nem é tão incentivado esse consumo de matéria-prima florestal nativa. Mas o que
191 se consome, em termos de madeira no Estado, principalmente com relação as florestas plantadas, o que temos é
192 apenas 0,97%, onde a ONU recomenda de 20 a 30% que uma sociedade, um território deve ter de florestas para fins
193 de manejo, onde ele possa ter um desenvolvimento sustentado, e é o princípio que é colocado na reserva legal de
194 20%. Além disso temos a concentração de florestas em algumas regiões do Estado. O gráfico mostra que temos a
195 área de 18,50% de floresta total. Subiu em relação a 1983. 17,53% de floresta nativa, e apenas 0,97% de floresta
196 plantada. O consumo de madeira no Estado é maior do que se planta hoje, e isso é um consenso. Floresta a gente
197 considera que é uma atividade que tem um ciclo de longo prazo, diferente de uma cultura anual, que tem um ciclo de
198 alguns meses. Uma floresta tem de seis, doze, quinze, vinte, trinta anos ou mais até. A política florestal é uma
199 política de longo prazo. Nós aqui neste Plenário também ouvimos, há algum tempo a apresentação da Secretária de
200 Minas e Energia, onde ela colocou a problemática da questão energética, onde colocou que a questão energética tem
201 que se pensar em uma política de médio e longo prazo, e falou em termos de seis anos para fora. Floresta é
202 semelhante a isso ou mais longo prazo ainda. Vocês viram na apresentação dela que a falta de uma fiscalização, a
203 falta de uma política adequada há alguns anos, resultou no que estamos todos vivenciando hoje em termos
204 energéticos. Em termos florestais a questão não é muito diferente. E quanto à preservação da floresta nativa,
205 entendemos que há uma relação entre a floresta plantada e a floresta nativa, principalmente no aspecto de que, se há
206 falta de floresta plantada, vai haver uma pressão sobre a floresta nativa, e os agricultores, do nosso ponto de vista,
207 ganham com a questão da reposição florestal e formação de estoque. E ganham de que maneira? Por meio do
208 fomento, do incentivo florestal para fazerem florestas próprias que assim, de outra maneira, não teriam essa
209 orientação e essa disponibilidade de mudas. Em nosso entender, os agricultores ganham com essa forma de
210 reposição florestal. Há alguns argumentos contrários há tudo isso de que apresentei agora há pouco, de reposição de
211 florestas plantadas. E temos também, como foi citado antes, os projetos de lei 299/98 e 215/00. Então, alguns desses
212 argumentos são os seguintes, e depois até o pessoal vai complementar isso: 1º) “o mercado regulará a oferta de
213 madeira”: temos que o mercado já está atuando, na área florestal, desde quando iniciou a colonização aqui, e o fato é
214 esse apresentado há pouco, que temos apenas 0,97% de floresta plantada. Então, simplesmente deixar a carga do
215 mercado regular esta oferta, que é de longo ciclo, não nos parece uma política mais adequada. O ciclo de florestas, já
216 falei antes, que é diferente dos cultivos anuais. A concentração em algumas áreas florestais do Estado. E madeira
217 temos que ver que não é apenas lenha, temos madeira serrada, ou para uso mais nobre, onde já existe uma escassez
218 muito grande. O mercado atuou ali na exploração da Araucária, e o que aconteceu quando terminaram as araucárias?
219 Quem tinha atividade em serrarias, nas área das Araucárias, mudou de atividade, simplesmente. E as Araucárias
220 onde estão? Não teve uma sustentabilidade em torno disso. Acredito que essas duas últimas linhas ali colocam um
221 pensamento que vi uma vez numa apresentação, que para mim pareceu bastante importante, que diz que “o mercado
222 sim deve ficar subordinado a uma política, e essa política deve ser subordinada a uma ética”. 2º) “floresta é uma
223 lavoura de árvores igual a soja, milho, feijão, etc.”: como floresta não é uma lavoura de árvores, do nosso ponto de
224 vista, ela tem características próprias, diferentes dos cultivos anuais, o longo prazo é um deles e, como falei antes,
225 também não é apenas lenha. 3º) “o custo da reposição é muito alto para o consumidor”: é um dos argumentos que
226 coloco. Qual era o custo da lenha, por exemplo, há um ano? Em torno de R\$ 15,00 o metro da lenha. Hoje, no caso
227 da Acácia negra, custa, em torno de R\$ 30,00, R\$28,00, R\$ 27,00 o metro. Falando da reposição por meio de uma

228 Associação de Reposição, é um exemplo que a gente está dando, pois é uma das maneiras de repor; Não são apenas
229 com as Associações, mas se, por exemplo, for por meio de uma Associação, varia entre R\$1,20 a R\$2,00 o metro de
230 lenha, e isso corresponde de 4 a 6,7% do valor da lenha, o que para nós não é um valor inviável para o
231 empreendedor poder cobrir. Tem a questão do desenvolvimento sustentado, como falei antes, e com a menor oferta
232 de matéria-prima florestal com certeza o custo aumentará para o consumidor, que é o que nós vimos do ano passado
233 para cá. E outra questão que se coloca é que temos que pensar no fomento florestal. O fomento florestal estamos
234 pensando há vários anos, e eu estou trabalhando no setor florestal há uma década, e muito antes disso, há relatos que
235 já se pensava em termos de fomento florestal, mas, na prática, muito pouco tem sido feito. Então, uma das formas,
236 por exemplo, é no futuro ter um programa governamental de incentivo ao reflorestamento, incentivos fiscais, linhas
237 de crédito. Bom, isso vai vir de recursos governamentais. Então, vamos tirar de toda a sociedade um recurso que
238 pode faltar em outra área, como saúde, educação, segurança, e vamos repassar para a floresta, enquanto que os
239 responsáveis pela utilização daquele recurso florestal não se preocuparam em repor aquilo que estavam consumindo.
240 Então, não nos parece uma melhor política. E só para título a de exemplo, também a reposição do IBAMA é bem
241 mais alta, do que foi colocado antes, em torno de R\$ 4,40. Outro argumento que tem contra a reposição é de que 4º “
242 a obrigatoriedade da reposição não reverteu a situação deficitária”: do nosso ponto de vista houve uma falta de
243 fiscalização bastante grande. As modalidades de formação de estoque, e a gente vê o quadro a seguir, onde os dados
244 foram-nos apresentados numa das reuniões da Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, e foi-nos dito
245 que não estavam finalizados estes dados, estão sujeitos a alterações, e foi-nos passado pelo DEFAP. Então, numa
246 primeira coluna, aquela da percentagem, podemos ver os percentuais para cada modalidade de formação de estoque,
247 que citei na primeira lâmina: o levantamento de florestas, implantação de florestas e assim por diante. Numa segunda
248 coluna, eu botei aquilo que, do meu ponto de vista, representa realmente floresta plantada, com certeza, não que as
249 outras também não possam representar, mas não tem uma garantia de que todas, 100% desse valor seja realmente
250 repostas. Então, implantação de florestas, que é um plantio próprio, implantação por meio de associações, e
251 administradores, e fomento florestal, que aqui não apareceu, mas poderia aparecer nessa coluna também. Vocês
252 vêem que apenas 11% da reposição está sendo realmente repostas. As outras modalidades, 23% é de levantamento
253 circunstanciado, ou seja, como falei antes, uma floresta que já foi plantada anteriormente. 41% por meio do selo,
254 onde algumas dessas florestas são plantadas, agora quanto que realmente é plantado a gente não sabe, porque não há
255 uma obrigatoriedade do produtor rural de repor. Ele consome por meio do selo, e se ele quiser repor, ele repõe, se
256 não quiser, não repõe. Não há essa obrigatoriedade. A gente sabe que muitos deles repõem, e é um percentual desses,
257 e pode ser até mais de metade disso aqui, que realmente possa ser reposição, mas a gente não sabe exatamente
258 quanto que é. O RET é uma forma alternativa ao selo, seria semelhante, e se juntaria aqui, e daria em torno de quase
259 50%. E reposição por meio do IBAMA, são créditos antigos, há mais de 8 anos, que então estão sendo creditados
260 para esses consumidores. O outra questão são índices deficitários, do nosso ponto de vista, que são aqueles índices
261 que citei anteriormente, de 4 árvores para cada metro de lenha, ou 6 árvores para cada metro cúbico. Vou pegar um
262 exemplo de Acácia negra, no caso, lenha. Quando se implanta, no ano zero, nós plantamos em um hectare, em torno
263 de 2500 árvores de Acácia negra, que seriam 100% dessas árvores. Depois de 6 ou 7 anos, nós colhemos em média
264 200 metros de lenha num plantio razoável. E se nós aplicarmos 4 árvores para cada metro de lenha que tem que
265 repor, 4 x 200 dá 800 árvores que vamos estar repondo. Nós estamos repondo apenas 32% daquelas 2500 árvores
266 iniciais. Depois, passados mais 6 anos, no ano XII, pegando o mesmo percentual do que a gente repôs, vamos ter 64
267 metros de colheita, e isso vai representar, 64 x 4, dá 256 árvores, ou seja, 10% apenas daquelas 2500 árvores
268 iniciais;5º) a questão da “burocracia dos agricultores”: a gente pode comentar adiante, que não concordamos com o
269 que é colocado em relação a isso. 6º) “os consumidores que compram grandes árvores para florestas”: entendemos
270 que não é bem isso. 7º) “excesso de madeira para o futuro”: acho que também os índices não estão apontando para
271 essa afirmação. Acho que a tendência para muitos fins é deficitária, e a questão de que: 8º)” o governo deve
272 preocupar-se apenas com a floresta nativa e que a floresta plantada não tem relação com a floresta nativa”: nós
273 informamos que temos a visão de que há sim uma ligação entre floresta plantada e a floresta nativa, e que os
274 pequenos usos somados representam um grande consumo. E aqui nós temos, por exemplo, no dia 10 de maio deste
275 ano, dentro de um e-mail mandado diariamente pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, que reúne as principais
276 empresas florestais do Brasil, essa informação: de que o consumo no Brasil é estimado em 300 milhões de metros
277 cúbicos por ano, e deste total, apenas 75 milhões de metros cúbicos são supridos por plantios florestais. O saldo,
278 74% ainda provém de florestas nativas. No dia seguinte, publicaram uma errata, que aqueles dados não eram bem
279 aqueles, eram um pouco diferentes. Então, o texto correto: os plantios de eucaliptos devem ser vistos mais como
280 complemento da floresta nativa, e nunca como substituto, e os plantios florestais rápidos têm contribuído para
281 reduzir o déficit de madeira em todo o mundo, também no Brasil, concordamos. O consumo de madeira no Brasil era
282 300 milhões de metros cúbicos, e corrigiram para 350 milhões de metros cúbicos. Desse total, eram 75 milhões e
283 passou para 100 milhões que são cobertos por plantios florestais. O resto vem de floresta nativa que era 74% e
284 passou para 72%. Temos aqui alguns outros artigos do Código Florestal, onde diz que também é função da política

285 florestal estadual encontrar o equilíbrio dinâmico entre a oferta e a procura de matéria-prima florestal. Locais onde a
286 gente teve apoio à proposta que foi apresentada: no CONFEMA, que acho isso bastante importante de destacar, a
287 Conferência Estadual de Meio Ambiente, que em dois dias foi bem debatido esse assunto lá, e tem inclusive um
288 texto que foi distribuído. Tem a definição do CONFEMA no sentido de manter a formação florestal de reposição
289 florestal. Na Câmara de Engenharia Florestal e na Comissão Especial de Meio Ambiente do CREA/RS, no 8º
290 Congresso Florestal Estadual, no 6º Encontro Gaúcho de Engenheiros Florestais, no 6º Seminário Florestal do Alto
291 Uruguai. Também destacamos, está no material que alguns Conselheiros já retiraram, está em cima da mesa ali, a
292 regulamentação da reposição florestal em São Paulo. Ou seja, lá eles não tinham a regulamentação da reposição
293 florestal, e em março deste ano eles regulamentaram instituindo a reposição florestal. Nós aqui, que já temos há 09
294 anos, existe uma proposta de desregularizar, que é uma proposta com a qual a gente não concorda. Tem que
295 manter esta regulamentação. Finalizando, temos menos de 1% do Estado coberto com florestas plantadas;
296 concentração das áreas florestais em algumas poucas regiões do Estado; o mercado é deficitário; o ônus financeiro
297 ao consumidor não nos parece um absurdo, como mostrei antes, em torno de 5 a 6%; os agricultores ganham com a
298 reposição, do nosso ponto de vista; há necessidade de uma ação governamental em termos de política e fiscalização:
299 e a política florestal é uma política de longo prazo. Então, a proposta que foi apresentada na Câmara Técnica de
300 Biodiversidade e Política Florestal do CONSEMA é de que: quando e onde houver superávit florestal, então
301 concordamos em suspender a reposição de floresta plantada. Mas quando e onde houver um déficit florestal, então
302 manter essa reposição de florestas plantadas. Ou seja, não é simplesmente manter o texto atual da lei, onde a lei atual
303 diz que todos os consumidores têm que repor. O texto atual da lei diz que mesmo onde tenha muita floresta no
304 Estado, e tem realmente algumas regiões do Estado, como Vale do Caí, Vale do Taquari onde há alguns municípios
305 que têm muitas florestas, mesmo nesses locais têm que fazer a reposição para a formação de estoque. Entendemos
306 que podemos flexibilizar isso, suspender essa reposição, onde houver um superávit. Mas, na maior parte do Estado,
307 onde há um déficit florestal devemos então manter a reposição de florestas plantadas dentro do princípio do
308 desenvolvimento sustentado. Era isso, e fico à disposição para maiores esclarecimentos. **Sr. Presidente:** vamos
309 então para a apresentação da conclusão do trabalho da Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária. **Sr. Luiz**
310 **Felippe Kunz Junior:** a proposta que apresentamos, e foi aprovada na Câmara Técnica de Agroindústria e
311 Agropecuária, que apresentei antes, que é a supressão da expressão “guia florestal” no art. 17, e a supressão do art.
312 18 está baseada numa análise do posicionamento da Secretaria do Meio Ambiente e do DEFAP com relação as
313 florestas plantadas. Então, trabalhamos, num primeiro momento, numa proposta que visasse desburocratizar,
314 principalmente para os pequenos agricultores e pequenos consumidores, a utilização de matéria-prima que é oriunda
315 de florestas plantadas. E chegamos a conclusão que todos os decretos regulamentadores e portarias estavam muito
316 bem amarrados a dois artigos da legislação estadual que obrigam tanto a guia florestal, quanto a necessidade de
317 formação de estoque para quem já compra de florestas plantadas. E aí, o primeiro ponto que gostaria de salientar é
318 este: não estamos tratando aqui de florestas nativas. As florestas nativas já têm sua previsão dentro do Código
319 Florestal Estadual, de reposição obrigatória de 15 árvores para cada árvore plantada. E esse instituto da reposição
320 florestal obrigatória surgiu em cima da necessidade que havia em 65, e se nós imaginarmos a realidade do País em
321 65, praticamente todo o consumo de matéria-prima florestal vinha de florestas nativas, como hoje os dados ainda
322 demonstram que no País eles ainda vêm de florestas nativas mas não é esta a realidade do Estado hoje. No Estado
323 esse consumo de florestas nativas, em volume de matéria-prima, não chega aos 10%, e o restante é matéria-prima
324 plantada, e esses 10% vêm de licenciamentos do órgão florestal. Então, verificamos como estava a legislação
325 federal, e a legislação federal já tem um decreto regulamentador que isenta os consumidores de produtos oriundos de
326 florestas plantadas de fazer a reposição. E já não existe esta obrigação, em termos da legislação federal. Mas no
327 Estado do Rio Grande do Sul ela está mantida, ou seja, temos que ainda exigir do consumidor, aquele consumidor
328 que compra de uma floresta, que foi plantada por alguém, para vender madeira, uma reposição e uma formação de
329 estoque quando esta floresta foi plantada justamente para fornecer matéria-prima para este abastecimento desta
330 empresa, dessa olaria, desta padaria, dessa indústria que consuma madeira. Então, o primeiro ponto a ser destacado é
331 o seguinte: são elementos diferentes que estamos tratando. Uma coisa é a utilização de florestas nativas, e esta está
332 bem amarrada, a legislação estadual é bastante restritiva para ser considerada a mais restritiva do País, e temos uma
333 fiscalização intensa aqui no Estado, reconhecida, e pelos dados do Inventário Florestal temos um acréscimo de
334 formações florestais nativas no Estado do Rio Grande do Sul de 83 para cá. O que acontece com as formações
335 plantadas, essas florestas plantadas? E um outro tema que tenho utilizado são “lavouras de árvores”, que são
336 plantações de árvores que não têm nenhuma característica ambiental, a não ser serem cortadas, o objetivo delas é que
337 não são plantadas para recuperação ambiental, não são plantadas para manutenção da biodiversidade, e elas são
338 plantadas para fornecer matéria-prima para alguém consumir. E não se trata, portanto, de florestas nativas e nem de
339 matéria-prima vindo de florestas nativas e estamos tratando de matéria-prima que vem de uma plantação, que se não
340 tem o mesmo ciclo que tem uma plantação de soja, mas ela tem um ciclo um pouco mais longo e vai ser colhida, e
341 nós não temos por que estabelecer uma concorrência, por parte do Estado, obrigando que empresas façam esse

342 plantio. E vou pegar um exemplo do setor da acacicultura, que se baseia em grande parte no trabalho dos
343 agricultores familiares. E os agricultores familiares, que plantam acácia e vendem para as empresas. Agora temos a
344 legislação que obriga que as empresas façam essa reposição florestal, essa formação de estoque. E elas podem muito
345 bem, e hoje aqueles dados que foram mostrados na tabela, das formas de licenciamento, o maior licenciamento que
346 se dá hoje é do selo, que é justamente esta matéria-prima que vem dos pequenos agricultores familiares, que são
347 coordenados pela FETAG, e que usam o selo como forma de conseguirem comercializar o seu produto para a
348 empresa, para não ficar melhor para a empresa fazer a sua monocultura própria, concentrando, inclusive,
349 propriedades, fazendo um processo de concentração fundiária para atender a sua demanda. Então, ela compra de
350 agricultores que fazem este plantio e sobrevivem disso, hoje com uma renda extremamente grande no meio rural.
351 Participei, recentemente, do Seminário de Acacicultura, onde inclusive foi aprovada uma moção no sentido da
352 proposta que o DEFAP está apresentando, onde os acacicultores querem a retirada dessa burocracia para a
353 circulação do seu produto, pois o que temos hoje? O cara fez uma plantação de acácia, vai lá, cortar essa matéria-
354 prima para levar para um consumidor. Ele precisa de uma guia florestal. Por que ele precisa de uma guia florestal se
355 qualquer elemento de fiscalização, nosso ou da Brigada Militar conveniado, sabe muito bem identificar a matéria-
356 prima de acácia que está circulando, e não precisamos de uma guia florestal para dizer isso é acácia. E nós
357 identificamos claramente o que é acácia. Mas geramos uma burocracia para o produtor e para o órgão florestal, que
358 tem que emitir guias florestais, controlar guias florestais, de uma matéria-prima agrícola, e isso, a nosso entender,
359 não faz sentido ambiental, e não tem por que o órgão ambiental insistir nos controles sobre esse tipo de matéria-
360 prima. A segunda burocracia é: quero vender o meu produto, e já preciso de guia, e aí o meu produto, produzido
361 muitas vezes na pequena propriedade, não precisa ser só na pequena, mas vamos usar o exemplo do acacicultor. Ele
362 vai vender para um consumidor, e esse consumidor precisa, além de apresentar mil e quinhentos relatórios, precisa
363 também formar estoques próprios. E quero perguntar para os Conselheiros: Por que ele precisa formar estoques
364 próprios se ele já comprou de alguém que tinha uma floresta e que vendeu a matéria-prima para ele? E temos no
365 Inventário Florestal do Estado a demonstração, que hoje temos cerca de 275 mil hectares de florestas plantadas no
366 Estado. E houve um aumento, em área, de 102.000 hectares, e mostrado em percentuais talvez pareça pouco, mas
367 cresceram 102.000 hectares de florestas plantadas no Estado. Tivemos dois grandes empreendimentos que se
368 instalaram recentemente, e que só vieram porque tem matéria-prima no Estado: a Boys & Cascades se instalou com
369 uma laminadora de eucalipto no Município de Guaíba, e veio porque existe matéria-prima para utilizar. A fábrica da
370 Isdra, de MDF, instalando-se em Glorinha, também se instalou porque existe matéria-prima para a utilização. E
371 estamos falando aqui de matéria-prima e estou separando bem, pois não estou dando valor ambiental, e não que não
372 possa ser dito, mas fixa CO₂, e fixa, como qualquer outro cultivo, e com as florestas nativas também fixam. Produz
373 oxigênio como qualquer planta que faça fotossíntese, mas ela é uma produção agrícola, e esse é o critério pelo qual o
374 Departamento de Florestas passou a utilizar para estas florestas. E elas não são uma floresta que deva ser controlada,
375 observada pelo Estado, que tenhamos que ter uma avaliação completa desse fluxo de matérias-primas. Interessa para
376 nós o dado estatístico, que interessa como Inventário, e isso pode ser obtido, por exemplo, com uma certidão, como
377 a do ITR, em que cada silvicultor apresente uma certidão dizendo qual era a área plantada na sua propriedade, e qual
378 era a área que foi cortada naquele ano e comercializada. E isso orienta o trabalho do setor, e não a fiscalização,
379 mecanismos complexos, burocráticos de controle de quanto está uma empresa, se plantou, se plantou, se comprou
380 uma floresta já existente, e esse é o tal do levantamento circunstanciado, e ela compra uma floresta já existente e diz
381 que comprei uma floresta e a minha matéria-prima está vindo daqui, ou uma matéria-prima que vem com selo, pois
382 esta já foi produzida de uma outra floresta plantada, ou eu mesmo vou implantar uma floresta. Mas a questão do
383 fornecimento de matéria-prima para ela é uma questão da demanda dela, é uma questão do planejamento da própria
384 empresa, e é demais fazer com que o Estado crie toda uma estrutura burocrática para fazer esse tipo de fiscalização,
385 e hoje o que faz o DEFAP? Praticamente, 50% do trabalho do Departamento, que poderia ser melhor utilizado para
386 fiscalização das florestas nativas, é hoje destinado à fiscalização desse mecanismo. E temos até aí um desvio na
387 própria conduta do órgão ambiental. Em vez do órgão ambiental estar preocupado com o principal que é, a
388 fiscalização das florestas nativas, a fiscalização da comercialização de matéria-prima oriunda de florestas nativas, e
389 também toda a fiscalização das áreas de preservação permanente, das unidades de conservação, e grande parte dos
390 nossos funcionários, na Capital e interior, passa controlando para onde foi, conferindo nota fiscal de venda de acácia,
391 de venda de eucalipto, de venda de pinos, vendo-se qual foi dos instrumentos que se utilizou para a formação de
392 estoque, quando esses estoques podem muito bem se dar numa relação, e aí falamos em desenvolvimento sustentado,
393 e não precisa-se dar na relação obrigatoriedade. E eles podem-se dar na relação fomento, e esse fomento não precisa
394 ser necessariamente governamental, e pode ser uma relação entre as empresas e os produtores, como há vários
395 setores agrícolas, e a vitivinicultura compra o seu produto, e articula produtores para ter o seu abastecimento. Assim,
396 as indústrias de suco, assim todas as indústrias de óleo de soja, e todas as outras. Por que nós consideraríamos a
397 floresta plantada de eucalipto, acácia, pínus, e vamos usar esses exemplos que são os mais conhecidos, com um bem
398 ambiental a ser controlado. E esse é o princípio que move a mudança que estamos propondo, ou seja, nós

entendemos que há que existir o acompanhamento por parte do órgão florestal, dos volumes que circulam no Estado para que possamos ajudar o planejamento, e sim, essa é uma função específica do cadastro florestal, fazer o acompanhamento do volume que circula, para que tenhamos dados, e o próprio setor empresarial possa-se planejar, a SEDAÍ possa-se planejar, na absorção de novos empreendimentos para o Estado, e mesmo direcionar esses investimentos e essas plantações para o Estado, como um todo. Mas não precisa ser obrigação. E não precisamos ser um mecanismo de fiscalização, e hoje em dia nós fiscalizamos e há cargas de acácia, pois estar sem guia florestal, levam multas maiores do que o valor da carga. Agora, qual é o sentido disso? Esse sentido é só de estabelecer mais um conflito entre o órgão ambiental e os produtores, um conflito, em nosso entender, sem sentido, pois estamos lá fiscalizando o trânsito de uma matéria-prima agrícola. E quero repetir, é fácil a distinção na fiscalização de qualquer uma dessas matérias primas, oriundas de florestas plantadas, da matéria-prima oriunda de floresta nativa. Em segundo lugar, não há possibilidade de que esse consumo saia de um lado e vá para o outro. E é muito volume de matéria-prima circulando, por exemplo, não há nem a possibilidade que as florestas nativas possam fornecer, em quantidade, o que é necessário para as empresas, e este mecanismo já existe, e essas florestas que estão hoje aqui plantadas no Estado, não são oriundas da formação de estoques. Elas são oriundas do próprio interesse das empresas em ter sua fonte de abastecimento. E um outro argumento que se utiliza, é que é bom, esta produção concentrada em alguns Municípios. E todas as profissões agrícolas no Estado estão concentradas em alguns lugares, e não são todas as regiões do Estado que produzem o arroz, e não são todas as regiões do Estado que produzem milho, trigo, sola, feijão, uva, e essas regiões comercializam umas com as outras. Por que o produtor de lenha, da região de Guaíba, da região de Triunfo, da região de Brochier, não pode comercializar esta aulinha para outros lugares do Estado, se ela vem de uma floresta plantada e ganhar mais com isso, e por que temos que ter, só na área florestal, só em acácia, só em pínus, e temos que ter uma auto-suficiência regional. E é uma questão que deveria fazer, por que esse controle só sobre isso? Então, queria encaminhar de que nós mantenhemos a proposta apresentada pelo DFAP e aprovada na Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária como uma proposta de resolução do CONSEMA de um indicativo do CONSEMA à Assembléia-Legislativa e uma proposta de resolução do CONSEMA, de um indicativo do CONSEMA, a Assembléia, para que ela avalie esta proposta quando da modificação de lei, até porque existem projetos que estão tramitando lá. Era isso, obrigado. **Sr. Presidente:** a palavra está com o Plenário para questões de esclarecimento e manifestações quanto ao mérito das duas propostas. A Mesa esclarece, mais uma vez, que aqueles Conselheiros que não estavam aqui no início da reunião, estamos tratando da obrigatoriedade da formação de estoques no Estado. E temos duas posições diversas, uma Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal e outra da Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária. Temos dois inscritos. O representante, Conselheiro da FARSUL. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, senhores Conselheiros. Quero cumprimentar o Dr. Ricardo pela sua apresentação, discordo em número, gênero e grau, mas louvo a sua preocupação em tornar palatável algo que eu venho convivendo com alguma dificuldade, pois cada vez que debatemos o assunto mais eu Mesa e convenço de que nós temos que ter um novo foco. E quero cumprimentar o Dr. Felipe pela clareza que demonstrou. E vou ser breve para dizer o seguinte: na minha velha vivência de aplicação de legislação, e reposição, já delegado do IBDF há anos, e a maioria aqui nem nascido era, e a reposição, cada metro cúbico consumido quatro árvores. E isso começou em 1934. E se tivesse sido cumprido, se o Estado tivesse condições de fazer esse cumprimento, não tinha mais espaço para plantar araucária no Rio Grande do Sul. E 60 e tantos anos cortando araucária e cada metro cúbico quatro árvores, não ia ter mais espaço. Em segundo lugar, essa confusão de reposição foi criada como um instituto para preservar a nativa, e depois transferiu para a plantada e veio vindo, e nas discussões do Código Florestal há nove anos, não tive competência e nem inteligência para mostrar que essa reposição não leva a nada, e está aí no Código, e há nove anos estamos convivendo com isso. E mais ainda: o produtor rural não agüenta mais burocracia, regulamentação, taxa, imposto, papel, selo! O produtor rural tem que estar na sua propriedade, produzindo, e o Brasil está em crise. E essa crise vai piorar! Depois do episódio de 11 de setembro, nós não sabemos o que vai acontecer no Mundo, porque o Mundo é globalizado. E não sabemos o que vem pela frente. E temos que prestigiar o produtor e tirar essas cangas, e é uma canga em cima do produtor. Que coisa boa, que a lenha do ano passado para cá passou de R\$15,00 para R\$30,00, que coisa maravilhosa! Porque quem planta tem que colher e tem que ganhar como fruto do seu trabalho. E vejam vocês o arroz, endividaram-se e essa luta do REFIS rural, que ainda foi aprovado nessa semana, na Câmara Federal. Vejam a carne, com o problema da aftosa, que felizmente está sob controle, e o produtor da pecuária está perdendo, e o produtor florestal passou de quinze para trinta, e mostra que plantar árvore é bom negócio, e enquanto for, o produtor vai plantar. E quando não for o produtor vai desistir. E não é o governo que tem que dizer. “Planta, que o João garante”! Eu tinha uma época aí que tinha isso do “Planta que o João garante”! Mas garantiu o que para nós? Essas coisas que já aconteceram nesse País, planta uma árvore que eu te garanto! Planta que eu garanto o teu estoque. Vejam vocês que ro Estado deve garantir o estoque, até aqui, que maravilha, coisa boa se eu sou um industrial com rede de abastecimento, e a minha matéria-prima, o Estado deve garantir saúde. E a secretária de uma amiga minha fica até às 3h da madrugada na fila do SUS, e tem que garantir segurança. E tem que garantir 500 coisas, e não pode desviar a sua função fundamental, de razões de Estado, para ir

456 cuidar de estoque de lei nas empresas. Encerro cumprimentando a SEMA por encampar esta luta de
457 desregulamentar, desburocratizar, que terá, como resultado, fomentar o plantio de árvores no Estado. E eu me
458 emociono, desculpem-me, mas estou meio velho, mas tenho aqui, de uma reunião com centenas de produtores
459 florestais de Taquari, uma Moção, que pela minha emoção, peço que a Mesa leia. Muito obrigado. **Sr. Presidente:**
460 A Mesa vai realizar a leitura: “Exmo. Sr. Dr. Cláudio Langone, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente
461 do CONSEMA. Prezado Senhor. As autoridades abaixo nominadas e os representantes, em pequenas e médias
462 propriedades rurais, reunidos no II Encontro Estadual do setor, nesta data, apresentam a V.Exa. uma moção de apoio
463 à revogação do art. 18 do Código Florestal Estadual (Lei 9519, de 21-01-92). E a alteração do art. 17, eliminando a
464 exigência da guia florestal. E reafirma o conceito de que florestas plantadas são lavouras de árvores, e deverão ter
465 um tratamento como qualquer outro cultivo agrícola, sem contingenciamento burocrático, que impedem a expansão
466 dos plantios florestais. E ao encerrar, renovamos o nosso apoio à desregulamentação do setor, agradecendo a sua
467 atenção, apresentamos cordiais saudações. Assinam: Prefeito Municipal de Taquari, o Vice-Prefeito de Taquari, o
468 Presidente da Comissão do II Encontro de Reflorestadores de Pequenas e Médias propriedades rurais, o Deputado
469 Estadual Paulo Azeredo, o Secretário Olino Davi, Presidente da Emater, Roberto Carbonera, Presidente da
470 FEPAGO, Amauri Coracini, Presidente Regional da Emater, do Vale do Taquari/Caí, Nelson Azevedo Quadros,
471 Chefe da Secretaria da Agricultura de Taquari, Frederico Bavaresco, Presidente da CERTAJA, João Ribeiro,
472 Coordenador da Secretaria da Agricultura, João Manoel Bandeira Bizarro, Presidente do Conselho de Silvicultores
473 do Rio Grande do Sul, José Lauro de Quadros, Diretor Executivo da AGEFLOR, e Ivo Lauro, Vereador
474 representante do Legislativo, imagino que de Taquari e Gilberto Coutinho Cunha, Presidente do Sindicato dos
475 Trabalhadores Rurais. Antes de passar a palavra ao Conselheiro da FETAG, que está inscrito, a Mesa esclarece
476 também que o CONSEMA não delibera sobre esta questão, o CONSEMA está deliberando uma posição para
477 encaminhar à Assembléia Legislativa, uma vez que é lá que vai ser votado o projeto de lei do Dep. Paulo Azeredo, o
478 Deputado está aqui hoje acompanhando a discussão do CONSEMA. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** nós já fomos
479 confirmados pela explanação do Lauro e do Felipe, agora um dos pontos importantes que tínhamos a destacar, que
480 só se coloca só 0,62%, só 0,97% da área total do Estado. Agora, vejamos isso em números, isso representa 55% de
481 acréscimo que nós tínhamos plantado em 83 e que temos hoje, e temos que colocar essas coisas também, representa
482 50% de aumento em área. E se nós tínhamos 150 mil, hoje nós temos 230 mil hectares plantados, para vocês verem
483 como o volume é maior, o percentual é pequeno. Agora, o percentual total, em cima do primeiro percentual, são 55%
484 de aumento. A outra questão da burocracia, se nós deixarmos a reposição obrigatória ela vai continuar. E pode tirar a
485 etiqueta, o selo, mas se continuar a reposição a burocracia continua, porque o consumidor tem que dar a origem
486 dessa madeira que ele vai consumir, e se ele quer, como isso para pagar ou não a reposição, e dando origem aquela
487 outra pessoa ter que estar cadastrada também, e mais ele também, e nós colocamos na nossa grande região lá, de
488 pequenos produtores, aumentamos os municípios, que a metade dos produtores do município têm forno de carvão, e
489 todos eles teriam que estar registrados como consumidores e estarem pagando assistência técnica, e fora essas taxas
490 também. E peço que os outros Conselheiros que estão aí, que pensem e examinam antes de votar essas questões. E a
491 questão de nativas, eu acho que a lei que tem hoje não tem como mexer nas nativas, ainda mais a partir da
492 declaração do próprio Presidente da República ontem, que está hoje na Folha de São Paulo, e mais a legislação
493 estadual, não temos que se preocupar em mexer ou não na nativa, com a legislação e com a fiscalização que está aí,
494 principalmente. E todos nós, pequenos produtores, e falo e nome dos pequenos e médios, em nome da FETAG,
495 queremos liberdade para plantar, colher e comercializar a nossa madeira, queremos liberdade. E aquilo que o Lauro
496 colocou antes, e se for negócio, todo mundo vai continuar plantando, colhendo e comercializando. E a questão que
497 se colocava também, que não se sabe se o agricultor está plantando ou aquelas pessoas que estão consumindo estão
498 formando os estoques, pode passar de pequeno avião ou de carro, e todo esse interior, a pequena propriedade, da
499 região da acacicultura, pode ver que está aumentando, e há certos municípios, desta região, como São Sebastião do
500 Caí, por exemplo, que não tem muita vocação para a acacicultura, é mais citros, e temos que saber disso. Agora,
501 pega Brochier, Salvador do Sul, principalmente naquela região de Linha Cumprida, em direção a Brochier, é só
502 acácia que tem, e tem lá dentro floresta nativa também. E outra coisa, se nós aumentamos a floresta nativa, é porque
503 existe floresta exótica. E quanto mais floresta exótica tiver menos vai-se cortar a nativa. E quanto mais negócio for,
504 mais exótica vai ter. **Sr. Arno Leandro Kayser:** discordo em parte das colocações do Luiz Felipe, e houve um
505 aumento, e neste período havia a reposição obrigatória. E a gente sabe, olhando para o passado, que quando não
506 havia esses instrumentos a gente assistia no Estado do Rio Grande do Sul uma grande devastação florestal, que hoje
507 em dia há grandes grupos econômicos, como a RBS, que tem a sua matriz na floresta, e hoje essas regiões onde eles
508 exploraram não há mais nada daquela floresta, quer dizer, a gente não teve essa política. E se houve uma legislação
509 no passado, se essa legislação não foi cumprida, não quer dizer que o princípio da lei não é equivocado. E temos que
510 repensar essa questão da matriz energética, pois estamos vivendo uma guerra do petróleo, e todo mundo diz que é
511 uma guerra contra o terrorismo, mas estamos vivendo a guerra do petróleo, e o Bin Laden é de uma família que se
512 enriqueceu em torno do petróleo da Arábia Saudita, contra o seu Bush que é o homem do petróleo. E a tendência

513 disso aí é desaparecer, é cada vez ficar mais escasso esse combustível, quer dizer, madeira é uma coisa que pode ser
514 para lenha, e deve pensar produzir em qualquer lugar, e as regiões que hoje têm pouco, e floresta está numa situação
515 de risco e isso a gente vê, principalmente as pessoas mais pobres, e quem não tem dinheiro para comprar um bujão
516 de gás está cortando árvore em zonas de proteção ambiental, em banhados, e no Vale dos Sinos, e a maior parte da
517 população com menos renda, população de baixa renda, está predando isso da natureza, está roubando isso da
518 natureza, e há uma relação entre ter um estoque de madeira com nativas e se o preço baixar durante um cinco anos, e
519 essa reposição tiver um *brake* de cinco anos, daqui a alguns anos a pressão pode voltar a aumentar, e as nativas
520 estão nessa equação, e não dá para dissociar essas duas coisas. E a proposta que o Ricardo apresentou é bastante
521 razoável, na medida que ela flexibiliza a situação em regiões como essa que o pessoal da FETAG colocou, que
522 talvez tenham um excesso, um aumento de produção, mas ela trabalha muito bem com essa idéia de se preocupar em
523 estabelecer um estoque energético, e a questão do efeito estufa não pode ser desconsiderada hoje, pois ela também
524 atinge a biodiversidade de outras formas, e atinge as florestas hoje conservadas. Uma alteração climática hoje pode
525 levar a extinção de espécies mais sensíveis mesmo lá no miolo da reserva florestal mais protegida do mundo. E esse
526 raciocínio está equivocado. E talvez a manifestação do Luiz Felipe que está muito preocupado com o excesso de
527 burocracia, e o que temos que pensar é como aliviar esta burocracia hoje, pois concordo que é ruim para quem
528 produz lenha, para quem planta, e acho que tem que haver um alívio deste setor. Agora, eliminando simplesmente
529 não sei se vai trazer alguma coisa. E como ambientalista a gente se preocupa muito com essa questão de
530 desregular a questão do setor florestal, porque daqui a pouco isso também abre um precedente para
531 desregular também o consumo de nativas, e a gente sabe que existe, e há um desbalanço, e vivemos uma
532 situação de déficit no Estado do Rio Grande do Sul, e não estamos numa situação de superávit de consumo de
533 madeira, e setores importantes da nossa economia estão empregando esta madeira em outros lugares. E isso
534 ecologicamente está ruim, e pode ser que esteja bom aqui no Rio Grande do Sul que as florestas nativas estão
535 crescendo, mas isso é um estado de exceção, pois no resto do País elas estão diminuindo, e a gente não pode parar e
536 pensar que o mundo termina nas fronteiras do Rio Grande do Sul, pelo menos uma visão ambiental não pode pensar,
537 e tem que pensar o contexto mundial como um todo. E está havendo predação de floresta em todo o mundo. E os
538 países mais ricos, um dos países de maior estabilidade econômica do mundo, o Canadá, boa parte da economia dele
539 é florestal, e a política lá tem bastante intervenção do Estado, não é totalmente livre como está sendo dito. **Sr.**
540 **Presidente:** a Mesa informa ao Plenário que temos algumas inscrições de não-Conselheiros e a Mesa pretende abrir
541 a palavra a não-Conselheiros a não ser que haja uma objeção do Plenário, como prevê o Regimento Interno deste
542 Conselho. **Sr. Valmor Griebeler:** como representante dos Prefeitos, vou endossar as palavras do Luiz Felipe, do
543 Lauro Quadros da FARSUL e o companheiro Paulino, da FETAG, e também estamos de acordo com a retirada do
544 art. 18, que está burocratizando hoje a nossa cultura, que é da acácia, do eucalipto e do pínus. E acho que esse
545 controle em todos os municípios deve ficar para os municípios. Esse fomento os municípios podem fomentar esta
546 cultura de floresta plantada. E todos os municípios têm Secretaria de Agricultura, e o que não tiver que seja
547 controlado pelos sindicatos. Acho que o Rio Grande do Sul está de parabéns, está com superávit de nativas e de
548 plantadas. E está crescendo, e só pode crescer mais se tirarmos o art. 18. E cada vez vão ser plantadas muito mais
549 árvores do que está sendo plantado hoje. **Sr. Presidente:** a Mesa abre a palavra ao Dep. Paulo Azeredo, para que
550 faça uma manifestação. O Dep. Paulo Azeredo é autor de um dos projetos de lei que tramitam na Assembléia
551 Legislativa sobre esta matéria hoje. **Sr. Dep. Paulo Azeredo:** quero dar o boa-tarde a todos, saudar o CONSEMA,
552 os demais participantes, e dizer que o que foi já colocado aqui, cada um na sua maneira de apresentar, alguns com
553 muita propriedade, e outros colocando coisas que realmente não condizem com a realidade. E quero discordar de um
554 quadro aqui que o Ricardo apresentou, quando diz que no segundo corte da acácia perde-se 40%. A acácia não tem
555 segundo corte, a acácia é uma cultura de um corte só, e é um dado que induz de 33% para 10,6% que não é real, é
556 um corte único e não brota mais. Nesse sentido, eucalipto sim, dá dois, três cortes. E quero dizer que imagine a
557 Frangosul, que é de Montenegro, exporta aves, hoje, e aumentou a exportação quando a Frangosul comprou. E
558 imagina se ouvir cada agricultor ou cada consumidor de aves e galinhas e ter que criar galinhas. E entendo que cada
559 macaco no seu galho, cada um na sua atividade, cada região tem realmente a sua característica. E se for necessário
560 acontecer uma grande Guerra Mundial, nós temos que estocar alimentos. E alguém se preocupou com isso, alguém
561 se preocupou em aumentar mais a área, duas a três vezes mais plantada, pois há uma possibilidade de ter uma 3^a
562 Grande Guerra Mundial? Tem como fazer? Não. Então, essas questões de plantar e reposição, é questão de
563 atividade, como foi dito aqui. E quem planta soja, ou quem industrializa o soja é obrigado a plantar soja? Quem
564 industrializa leite é obrigado a plantar leite? E alguém barrou a importação de leite em pó da Tailândia que é diluído
565 e vendido aqui como leite fresco, preocupado com a alimentação? Alguém foi no mercado ver o preço do litro leite é
566 85 centavos e para o produtor é 20 centavos, quando o dólar é hoje R\$2.80? E há uma série de questões que teríamos
567 que nos preocupar sim, ao bem do cidadão, e estamos nos preocupando numa questão que é de comércio, é
568 econômica, e é de vontade de plantar, e ninguém obriga a plantar se não tem mercado. E se tivesse exportação hoje
569 de madeira para o Japão, onde íamos colocar toda a madeira que temos no Estado com o incremento do gás da

570 Bolívia? O gás da Bolívia está tirando todo o mercado de madeira de segunda que não vai para o Japão, e não tem
571 onde colocar, e há madeira de segunda, que é madeira com casca, pois as indústrias, com rede de gás, as padarias, as
572 fornalhas, os edifícios que têm fornalhas estão botando gás, que não dá resíduo de cinza, não tem onde descarregar,
573 não tem problema, não tem burocracia nenhuma, abre a torneira e está o gás. E essas questões temos que analisar. E
574 são mais de 50 mil pequenos produtores que estão sendo achacados. E pegaram um caminhão, esses dias, um
575 caminhão Ford, que vale uns 15 mil, e tacaram uma multa de R\$ 1500,00 e prenderam a madeira! O caminhão vale
576 15, e a madeira presa a doaram! E isso é uma injustiça! E entendo que ninguém é mais ambientalista do que
577 ninguém. Vamos colocar na emissão da nota fiscal, na taxa de fundo rural de 2,7, vamos colocar 2,7 zero, zero,
578 algum índice um, que dê alguma rentabilidade no Estado, que faça um projeto que se implante então uma cultura de
579 cumprir o Código Florestal Gaúcho, que manda repor 10% das florestas nativas em todas as propriedades. E aquele
580 que planta hoje 100% de sua propriedade com milho, com soja, com cítricos, com arroz, com cevada, que ele tenha
581 um cantinho para produzir de madeira, e não vamos penalizar aqueles que hoje produziram e preservaram uma
582 região como do Vale do Taquari, Vale do Caí, encosta da Serra, enfim. E vamos ser mais justos, e não vamos ser
583 mais realistas que o rei. Agora, pelo menos vamos ser mais justos em buscar uma alíquota, que represente para todo
584 o pecuarista, o agricultor, enfim, que emitir uma nota fiscal que ele vai contribuir um pouco para o reflorestamento
585 no Estado de nativas, e temos experiência nisso. E não posso aceitar, não vou aceitar, não aceito a desigualdade
586 como está ocorrendo. E vamos usar o bom-senso, e vamos trabalhar, e há maneiras. Agora, não está sendo justo.
587 Estão penalizando aquele que preservou. E é igual aquela questão de dois irmãos que receberam uma área de terras,
588 dez hectares de terra, e tinha cinco de campo e cinco de mata. E o irmão mais bobo chegou assim, mano, vou ficar
589 com as cinco de campo, que é mais pobre, não tem fertilidade e vou dar cinco de mata para ti. E o mano, que
590 caridoso que ele é, e passaram a divisa, escrituraram, e foram trabalhar. O irmão começou a lavrar a terra dele, que
591 não tinha mato, plantar, e quando o outro cortou uma árvore foi preso, multado, achacado, enfim. E é esta a relação,
592 tinha que ter cada um deles 10% e poderia plantar, cultivar e criar no seu ecossistema. E eu encaminho aquela
593 proposta, e encaminhamos um projeto, que esperamos, mais de um ano, para que o Governo discutisse, os
594 ambientalistas discutissem, e venho aqui, e o Ricardo está aqui, largou uma nota em todo o Estado, dizendo que o
595 Dep. Paulo Azeredo queria desmatar o Estado, e não é verdade, eu planto árvores, e nós plantamos árvores, e se cada
596 um daqui plantasse todas as árvores que nós plantamos, com certeza nós teríamos muita árvore no Estado. Somos
597 sim, pela preservação, agora, pela vida, pelo bom-senso e pela distribuição da responsabilidade e do cumprimento da
598 lei. Olha o Código, que exige que cada um tenha 10% em sua propriedade, e temos muito mais que 10% a região do
599 Vale do Caí e Vale do Taquari, e agora vamos andar em outras regiões e vamos fazer com aquelas que não têm 10%
600 também tenham, e é esta a aplicação da lei, e isso o Governo não está fazendo, e nem um Governo fez pois não tem
601 pressão, poder de fazer isso. Ambientalistas, CONSEMA, com todo o respeito que tenho, admiração pela posição de
602 vocês, e se não tivesse teria votado o meu projeto há tempo, e temos como votá-lo e aprová-lo da maneira que
603 queremos, mas democracia é isso, é respeitar as posições. Mas analisem, vamos trabalhar pelo cumprimento do
604 Código Estadual de reposição de 10% em cada propriedade? Com certeza, teremos uma reposição, e esse prazo é de
605 dez anos do Código aprovado? Passaram-se dez anos, falta um ano agora, e nós ainda não temos reposição florestal
606 em 10% em cada propriedade do Estado. E esta ação que entendo que ela é positiva. E encaminho, façam um projeto
607 do Governo do Estado, atribuímos uma alíquota pequena para reposição florestal de mata nativa, contrata a Zarfon
608 aos preços de mercado de plantação por área íngreme ou área de campo, e planta-se, façam viveiros nos municípios,
609 e há municípios que têm viveiros, e plante-se nativas, e somos parceiros, e estaremos lá plantando uma árvore
610 também na iniciativa de um projeto como esse, e como certeza todo o Conselho estará lá presente. Um abraço.
611 Obrigado. **Sr. Silvio Botelho:** passo a palavra ao Conselheiro Mário. **Sr. Mário Buede Teixeira:** nós vivemos numa
612 sociedade de livre iniciativa, e é regulada pela lei da procura e da oferta. E, na verdade, os empreendedores
613 vislumbram possibilidades de produção, se há mercado para uma determinada produção. E há um grande mercado na
614 área madeireira, e os empresários têm procurado aproveitar este filão. Eu próprio, em 1969, comecei a trabalhar com
615 a Indústria de Celulose Borregaard. Naquela época havia um estoque de madeira no Estado do Rio Grande do Sul,
616 apesar da proposta da indústria de celulose exigiu uma quantidade maior do que existia. E no seu projeto inicial ela
617 estabeleceu um objetivo de ter 80% da matéria-prima própria, e iniciou, com isso, o reflorestamento. Já existia,
618 naquela época, no Estado, a Tanac, que também tinha a sua própria produção de acácia negra. Ou seja, o
619 empreendedor se preocupa em manter um estoque mínimo para garantir a sua produção. E vejo essa questão das
620 essências exóticas como realmente uma matéria-prima, e que não tem o objetivo de meio ambiente, como tem as
621 espécies nativas, ou seja, ela objetiva a produção. Então, o que imagino é que, embora não exista esta
622 regulamentação, essa obrigatoriedade, sempre vai haver interesse do empresário em continuar produzindo, plantando
623 e consumindo, ou seja, não há mais o perigo do empresário que tem um mercado pela frente para atender,
624 simplesmente esgotar até a última árvore, e de repente fechar um negócio e ir embora. E não vejo essa questão das
625 essências exóticas desta forma. Para mim, toda a árvore plantada tem o objetivo de produção, e não há esta
626 preocupação com esta falta de legislação não vai haver mais plantio. **Sr. Antônio Augusto Ungaretti Marques:**

627 Como foi lido então aqui também o Comitê da região tem uma moção em apoio a manutenção, a Conferência,
628 quantos delegados de todas as regiões do Estado debatendo esta questão, e está aqui o Congresso Florestal onde
629 estavam representados todo o setor florestal do Estado, e foi debatido com amplitude isso aí, e se decidiu pela
630 manutenção. Então, se o setor florestal, diferente de um setor que é ligado à FIERGS, que são a Associação Gaúcha
631 das Empresas Florestais, das empresas que estão representadas aqui. Venho de uma região onde não tive a
632 felicidade, nem os agricultores que estiveram naquela região, tiveram a felicidade de receber empresas que tivessem
633 a política de distribuir muda para esses agricultores. E isso aconteceu na região representada pelo deputado, que é a
634 área eleitoral dele, que é essa região da acácia negra. Então, essas empresas doaram para os agricultores e depois se
635 comprometeram comprar a casca para transformar em tanino e couro. Nesse meio tempo a empresa sintetizou o
636 tanino e passa a usar apenas 30% do tanino natural. E fica realmente aquela região entupida de matéria-prima. Se eu
637 trouxer o Prefeito, não de Brochier, mas de Uruguaiana, de Alegrete, de São Luiz Gonzaga, que é a terra do meu pai,
638 ele teria outra posição muito diferente, e teria uma posição muito diferente do que está representado aqui, pois lá,
639 assim como no litoral, se houve lá no litoral, a empresa não distribui para o agricultor, ela vende. E então, não temos
640 matéria-prima, nem lenha, e nem madeira. O nosso maior consumo lá é serrarias, empresas de móveis, e a madeira
641 vem da Amazônia e não é do nosso Estado. E lá a empresa compra grande área, vai tirando os agricultores e vai
642 plantando mais, pois lá ela é a única. E quando essa empresa consegue um mercado com o Japão, para exportação, o
643 preço da lenha vai a 30 ou 40 reais, e posto no pátio, não sei como. E quando não está exportando, a lenha baixa
644 para R\$8,00, e posta no pátio é o dobro. Ontem tive a informação do pessoal que pega a lenha em Santa Catarina, e
645 eles pagam R\$7,00, posto no pátio é R\$14,00. E a relação transporte x matéria-prima é 1 x 1, para Santa Catarina
646 que é muito mais perto, e imagina a nossa região de Uruguaiana. Então, o gargalo da matéria-prima florestal, que vai
647 fazer ficar mais caro que o gás, é o transporte, e que a gente quer fazer? A gente quer desenvolver a nossa região do
648 litoral, a região da campanha, a região com matéria-prima florestal. A nossa proposta não é excludente, e a FETAG
649 não aceita, que a gente representa aquela região de reposição florestal. Eles têm superávit, mas a nossa região não
650 dá. E qual é o argumento que eu vejo nesse momento? Se eles não aceitam dessa forma, que eles vão ficar isentos,
651 não vão precisar pagar a reposição, então estou entendendo que seja um protecionismo econômico para aquela
652 região dali que tem matéria-prima florestal suficiente. E isso não acontece nas demais regiões do Estado. Aqui a
653 FEPAM dá um bom exemplo para nós, que faz parte da SEMA, Caderno de Planejamento de Gestão Ambiental,
654 Diretrizes Ambientais para os Desenvolvimentos dos Municípios do Litoral Norte estão aqui contemplados no
655 zoneamento ecológico econômico, onde foram tirados os ônus e para cada zona há potencialidades e restrições. E
656 aqui então, na região da Mata Atlântica, que é uma região tênue, a FEPAM tomou como linha permanecer as
657 florestas exóticas desde que dentro de um microzoneamento agrícola na propriedade, e dependendo da zona onde vai
658 ser colocada esta floresta exótica. E a gente, das associações, que eu trabalho numa associação, não queremos
659 pulverizar grandes massas verdes. A gente quer pulverizar uma malha de árvores para o pequeno produtor dentro de
660 um manejo de microbacias, e aquela parceria com o consumidor que está no município. Se o consumidor plantar
661 muda, não projeto de levantamento circunstanciado que alguém plantou, a árvore tem 20 anos, vai um engenheiro lá
662 e mede, e comprova a reposição. Isso, para mim, é floresta de papel. É a muda nova. Se todo o ano o oleiro lá de
663 Maquiné, onde eu moro, plantar, daqui a cinco anos, ele, no Município dele, tem auto-suficiência para o consumo
664 dele, e isso as associações têm condição de fazer, mas mantendo a reposição florestal, pois senão, vai continuar
665 única e exclusivamente na mão das empresas florestais plantar matéria-prima florestal pois é um grande negócio, eles
666 sabem disso, e estamos em déficit, e ninguém nega, embora ele tenha dito que não, e estamos em déficit sim, e toda a
667 empresa florestal quer plantar mais porque vai vender mais, ou para o mercado interno ou mercado externo. E a
668 gente tem que avaliar se toda a realidade do Rio Grande do Sul é que nem esta realidade onde está representada por
669 um deputado, um prefeito, um presidente da FETAG, que casualmente está acontecendo essa situação aqui. E temos
670 que pensar nesse tipo de coisa. O Estado de São Paulo que possui há mais de cem anos um instituto florestal que
671 congrega fomento florestal, que aqui é o DPV, pesquisa, que é aqui é a FEPAGO, já é outra Secretaria, e vejam bem,
672 e a EMATER, a extensão, e o DEFAP o controle, todos são três Secretarias, mais a de finanças, são quatro
673 Secretários para lidar com uma política florestal, e isso não acontece nos outros Estados. No Paraná, onde tem ITCF,
674 e em Minas Gerais, onde tem o Instituto Florestal, e no Rio Grande do Sul, pelo amor de Deus, está caindo de
675 maduro isso, um órgão, uma entidade que congregue todo o setor florestal para que a gente possa desenvolver isso.
676 Se acontecer das outras regiões forem entrando em superávit de matéria-prima a proposta dos Comitês é isentá-las.
677 Ele não vai pagar reposição florestal. Mas não pode-se dar o protecionismo. A gente tem que ter muito cuidado. São
678 Paulo montou uma Fundação Florestal, exclusivamente consumidores e produtores rurais. E qual é a função da
679 Fundação Florestal? Antes mesmo da lei que obriga a reposição florestal, que foi de janeiro de 2001, isso eles
680 aprovaram em último lugar, eles montaram uma Fundação, que já tinha o Instituto. Então, a política florestal de São
681 Paulo, que é muito superior a nossa. Essa Fundação fomentou associações municipais, não de caráter regional como
682 as nossas, mas municipais, porque entenderam que o governo tinha que se tirar nesse momento. O consumidor
683 precisa da matéria-prima, e para um agricultor, de braços dados, vão formar aquela matéria-prima florestal dentro do

684 Município, sem o gargalo do transporte. E essas associações estão sendo exportadas para outros Países. E o modelo
685 de fomento florestal, por meio de associações, que é uma coisa associativista, é participativa e está o agricultor do
686 começo ao fim nesse processo. Então, no final, para complementar tudo isso o Estado de São Paulo, por
687 unanimidade dos deputados, aprovaram a reposição florestal obrigatória. Ou a gente está na contramão da história,
688 ou a gente não está vendo lá adiante o que vai acontecer. E vamos comprar matéria-prima da Argentina e do Uruguai
689 e de São Paulo também, porque aqui quem é que vai ter matéria-prima? As empresas que vão exportar quando
690 querem, quando não querem o preço vai lá embaixo. De 50 olarias em Maquiné restam oito, porque o preço de lenha
691 está nesse vai e vem, e chega a esse caos de muita gente perder o emprego. Então, vamo-nos espelhar, os
692 Conselheiros, será que o Estado de São Paulo caiu a ficha lá, e por que não cai a ficha aqui do fomento florestal
693 municipal pelas associações onde o agricultor vai estar associado, vai receber informação de agroecologia, porque
694 quando entro numa propriedade não me conformo em só ver a mata ciliar, e falo em agroecologia, e a gente tem
695 plantado floresta de acácia com palmito no meio, e floresta de eucalipto com palmito no meio, e até floresta de
696 araucária com palmito no meio estamos fazendo. E olhem as potencialidades que a gente tem, em associativismo
697 para a matéria-prima florestal e olha o que pode acontecer apenas quase que exclusivamente porque o Estado não faz
698 fomento na mão das empresas e os agricultores como é que ficam, pelo menos na minha região. **Sr. Presidente:**
699 devido ao adiantado da hora, a Mesa sugere que os demais Conselheiros que queiram fazer a inscrição façam durante
700 a intervenção da Conselheira Kathia, e após passarmos para a discussão de encaminhamentos sobre essa matéria. A
701 Mesa mantém as inscrições abertas para manifestação sobre mérito das propostas até durante a intervenção da
702 Conselheira Kathia e após passarmos para a discussão dos encaminhamentos. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
703 **Monteiro:** a gente fica extremamente preocupada quando vê essas iniciativas de mudança de legislação por razões
704 pontuais. As legislações foram feitas para todo o Estado, e em razão de problemas pontuais, em algumas regiões,
705 tenta-se modificar a lei. Foi assim com relação a legislação de queimadas, nos últimos anos, onde o pessoal da região
706 de Campos de Cima da Serra queria mudar a lei pois eles entendem que eles ganham mais dinheiro se continuarem
707 queimando. A questão ambiental, que é uma questão de longo prazo, e isso ninguém vê, e a gente vê essa questão
708 quando se elaboram as leis. Se vai mudar a lei em virtude de um problema pontual e por uma razão ou outra o órgão
709 ambiental não está conseguindo cumprir a sua tarefa, ao invés de resolver o problema do órgão ambiental, colocar
710 mais gente, gerar mais emprego, a gente muda a lei. Então, se a gente for por aí acaba-se legalizando um monte de
711 porcaria. E o fato do governo, nesse momento, não estar tendo condições ou ter muita burocracia, e isso está
712 dificultando os trâmites da reposição florestal, é o caso de diminuir essa burocracia e contratar mais gente, até
713 porque uma das funções do Estado é gerar emprego. A questão de que se plantar árvore dá tanto dinheiro, que dá
714 para deixar isso nas leis de mercado, por que nas outras regiões do Estado falta madeira? E a Rede Mata Atlântica
715 contemplou uma indústria fumageira comprando motosserra, porque eles compravam fumo que tinha sido seco com
716 lenha de floresta nativa, porque não tinha floresta plantada, e não tinha por quê? Porque não é uma obrigação de
717 plantar. As leis de mercado funcionam num curto espaço de tempo. E se esse ano o soja está dando bem, o produtor
718 pára de plantar arroz e vai plantar soja, se sua região permite. Se esse ano o milho está dando bem, ele amplia a sua
719 área de plantação de milho. Uma lavoura de árvores demora muito tempo para crescer, é isso que a gente tem que
720 ver. E muito do que a gente tem plantado hoje foi plantado com incentivo fiscal, em cima de área de floresta nativa.
721 Então, isso é outra questão. A questão do uso do gás. Realmente, há um forte direcionamento para o uso do gás
722 natural, mas também há uma possibilidade muito grande, e o Rio Grande do Sul está sendo pioneiro nisso, que são as
723 usinas termelétricas de biomassa, onde se usa o resíduo da madeira. Aqui na região sul do Estado está implantando
724 nove termelétricas a biomassa, sendo que algumas delas vão ser com resíduos de madeira. A questão que o Colega
725 falou, e estive conversando com o pessoal de São Paulo. Realmente, São Paulo, depois de muitos anos, se deu conta
726 que o negócio era a reposição florestal e eles estão fazendo isso, pois é bom, pois é um setor que precisa ser
727 fomentado de alguma forma. Ou vamos ter que dar subsídios, e se o governo vai dar subsídio, a posição é outra, e aí
728 quando é subsídio do governo é diferente, é bom. E não sou contra subsídios, e quero deixar bem claro. E com
729 relação ao que o Deputado colocou, das áreas de reserva legal, quero dizer e quero lembrar a todos que há uma
730 discussão muito grande no Congresso Nacional onde um grupo de deputados ligados à bancada ruralista quer mudar
731 a legislação de reserva legal, e que todas as entidades e as redes que trabalham com florestas e com a questão
732 ambiental estão fazendo um esforço muito grande para não mudar. E se tem trabalhado nos últimos anos de forma
733 que esses 20% de reserva legal sejam implementados. A gente tem trabalhado nisso, e não é verdade dizer que
734 ninguém faz nada com relação a reserva legal. A gente faz sim! O Arno está dizendo aqui que o Pró-Guaíba está
735 fazendo, e também não é verdade quando se diz que não se pode tocar em árvore nativa. Pode de forma legal, e tem
736 burocracia, mas dá para cortar, a gente está cortando, há normas, então, quem tem uma terra que não esteja em área
737 de preservação permanente tem licença de cortar alguma coisa, sim. E a gente tem que parar de criar mitos, de
738 mistificar a situação florestal para quem não é da área rural. E sempre vejo as pessoas que vêm do campo, vêm para
739 a gente que está aqui na cidade, em Porto Alegre, e dizer assim: “Porque vocês estão na cidade, porque vocês não
740 estão lá”? Só que a gente está lá, nós, ambientalistas, estamos lá e aqui, e a gente convive com os dois lados, e a

741 gente sabe que o pequeno produtor rural tem problema, claro que tem, sérios problemas e tem que ser resolvidos.
742 Mas não vai ser mudando a lei dessa forma que a gente vai resolver os problemas. A gente tem que ter um
743 compromisso para o futuro e para todo o Estado, e não vou nem falar de Brasil. O futuro, quando a gente fala em
744 termos ambientais globais, é queima de biomassa porque ela libera o CO2 que ela capturou, e não se tem problemas
745 do efeito estufa. Ah, isso nos interessa! Não interessa por quê? Porque daqui a 40 anos vamos estar todos mortos? E
746 as mudanças climáticas não vão-nos afetar? Então, acho que lei é feita para a gente gerenciar e administrar a
747 sociedade a longo prazo. Então, problemas pontuais vamos resolver de forma pontual. Se uma determinada região
748 está com problema, tem bastante floresta plantada, ótimo, e parece que a proposta do Conselheiro Ricardo resolveria
749 o problema desta região. E realmente quero pensar, e vamos tratar a questão florestal com seriedade, e não venham
750 para cá lançar falsos mitos sobre a intocabilidade da floresta, e sobre a questão do liberalizar a questão florestal vai
751 resolver o problema de miséria do pequeno produtor rural, porque isso não é verdade. **Sr. Presidente:** a Mesa vai
752 passar a controlar o tempo devido ao adiantado da hora. Temos cinco Conselheiros inscritos e dois não-Conselheiros
753 que estavam inscritos previamente. Vamos sugerir o tempo de três minutos para cada intervenção, e pede a
754 colaboração dos Conselheiros e dos não-Conselheiros para que consigamos encaminhar a reunião de forma a termos
755 uma conclusão, um encaminhamento claro deste trabalho. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** dizer que do nosso ponto
756 de vista a questão da burocracia que veio para os agricultores está muito ligada à questão do selo. Porque o selo faz
757 com que aquela obrigação que é do consumidor, de fazer a formação de estoque passa a simplesmente para o
758 agricultor ter que comprovar que ele plantou aquela floresta, e ele vai ter que ir atrás deste selo, ele vai ter que correr
759 atrás do sindicato, ou da prefeitura. Vai ter que ir uma ou duas vezes, e vai ter que se dispor a fazer isso. Isso dá
760 realmente uma dor-de-cabeça. A gente vê em muitos lugares, pelo menos em nossa região, que acontece isso, os
761 agricultores não gostam de fazer isso. E se acabar o selo? A nossa proposta é nesse sentido também, de poder
762 flexibilizar esta questão. Aí os agricultores resolvem em grande parte a questão da burocracia para eles, com exceção
763 que vai continuar havendo a necessidade de formação de estoque para alguns agricultores, como produtores de
764 carvão, fumicultores que utilizam a lenha no seu processo produtivo, e então, são conseqüentemente, considerados
765 também consumidores. Mas aí é um problema, como a Kathia frisou bem, pontual. Aí temos que buscar solução para
766 isso também, e quem sabe isentar os produtos de carvão ou quem sabe isentar os fumicultores, onde tiver superávit
767 florestal, para toda uma categoria de uma região poder ser isentada disso. Liberá-los desta burocracia de terem que
768 estar formando estoque também, e se tiverem um estoque na sua região, e por que não? Mas é um problema pontual.
769 Agora não podemos liberar para todos os consumos florestais, essa questão. Quero destacar bem a questão do
770 CONFEMA, da Conferência Estadual de Meio Ambiente, quando falei inicialmente, que é um evento que levou dois
771 dias, e houveram discussões em grupos de trabalho, e depois teve discussão de novo na plenária final, e perto de 500
772 delegados, escolhidos em conferências regionais, anteriormente. Nós infelizmente não temos ainda os documentos
773 da Conferência, passados onze meses da Conferência. Os resultados a gente sabe que passou, pois estava lá presente.
774 Mas isso, por escrito da SEMA a gente ainda não tem. É um ponto importante para destacar, pois o objetivo do
775 CONFEMA foi dar linhas de direcionamento da sociedade, como toda a sociedade pensa essa questão. Com relação
776 ao que o Dep. Paulo Azeredo falou, que eu haveria dito que ele tinha desmatado todo o Estado. **Sr. Dep. Paulo**
777 **Azeredo:** que eu iria desmatar o Estado. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** ah, iria desmatar, eu cheguei a falar isso?
778 **Sr. Dep. Paulo Azeredo:** tenho por escrito. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** eu gostaria que o senhor me passasse
779 isso. **Sr. Dep. Paulo Azeredo:** vai lá no meu gabinete que eu te passo. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** gostaria que
780 o senhor me passasse, pois realmente não me lembro de ter escrito nada nesse sentido, e quando o senhor protocolou
781 o seu projeto de lei, usei um termo, que foi um termo dizendo que havia sido protocolado um projeto de lei
782 propondo acabar com a reposição florestal e usei o termo “infelizmente” foi protocolado um projeto de lei. E eu usei
783 esse termo não no sentido de lhe atacar, com certeza, porque lhe respeito, como lhe respeito, principalmente não só
784 pelo fato de ser deputado, mas principalmente como pessoa, como procuro respeitar todas as pessoas, e usei esse
785 termo. Depois quando o senhor me falou que não gostou daquele termo, achou ruim aquele termo, tirei aquele termo
786 do texto e repassei outros artigos semelhantes sem aquele “infelizmente” foi protocolado o projeto de lei nesses
787 moldes. Então, realmente, procuro agir com respeito com relação ao senhor, e não me lembro de ter usado esses
788 termos. E com relação ao que o senhor falou do quadro, que foi apresentado, até lhe agradeço, porque realmente
789 talvez o termo melhor para ser utilizado não seja os cortes, e sim plantios florestais. O que quis mostrar, que foram
790 os plantios, primeiro plantio, depois o segundo plantio. É claro que depois de um plantio há o corte. Talvez o engano
791 meu foi ter colocado direto o corte, e mostrar que das 2500 árvores inicialmente plantadas, no final do segundo
792 plantio, quando se vai cortar o segundo plantio, a gente vai ter apenas em torno de 10% daquelas 2500 árvores
793 iniciais em termos de reposição. Posso depois discutir com o senhor este assunto. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** nós,
794 nesse setor, já estamos nesta luta desde os anos 80, e a questão que o selo burocratizou não é bem isso. Nós, naquela
795 época, em convênio com o IBAMA formamos um convênio, onde justamente colocamos a questão da etiqueta na
796 nota fiscal para isentar as empresas que consumiriam esta madeira. E para nós, pequenos e médios agricultores, e
797 também grandes, que entra todo mundo na mesma roda, pudesse continuar plantando, pois se as empresas têm que

798 formar os seus estoques, nós não precisamos mais plantar. E vamos gerar êxodo rural, e vamos aumentar as fileiras
799 da miséria. E o selo, quando foi criado, foi para defender principalmente o pequeno agricultor. E a outra questão que
800 estamos querendo proteger o monopólio, ou causar um protecionismo em cima de uma região, não é nada disso, pois
801 planto acácia desde os 08 anos, e me lembro, no final do segundo ano primário, e sei até o local onde fui ajudar o
802 meu pai a plantar. Portanto, há muitos anos. E hoje planto ainda, só que nunca recebi uma muda de graça, e isso
803 quero deixar muito claro. Plantei sempre acácia com recursos próprios. A Tanac hoje indica viveiros, e a muda deles
804 é de maior custo que os outros, e de melhor qualidade. E ela credencia, e nós vamos lá comprar as mudas, e não
805 ganhamos as mudas de graça, nunca deram de graça. Então, qualquer região do Estado pode-se habilitar a plantar
806 floresta exótica. Agora, se eles não têm vocação e não tem o solo como a nossa região tem, não temos culpa. Se eles
807 preferem plantar soja, eles plantam soja, e consumimos o óleo, consumimos o farelo de soja. E a outra questão é de
808 proteger uma região para não repor e a outra repor. E o que quer dizer o seguinte: somos mercado produtor, e não
809 adianta nos isentar, se não isenta Porto Alegre. Os grandes frigoríficos, a grande criação de gado está onde? Na
810 região centro-sul do Estado. E quem é que são os grandes consumidores? É a grande Porto Alegre, a grande Caxias,
811 a grande Santa Cruz, e é ali que estão as bocas para comerem e é ali que também está a questão de gastar energia, é a
812 mesma coisa, e Porto Alegre teria que começar a criar gado e acho que temos que cuidar um pouco disso aí, e não
813 estamos protegendo ninguém, e não estamos querendo criar monopólio nenhum. Queremos liberdade. A questão do
814 superávit das regiões, é aquilo que já estava colocando. Se Porto Alegre, Caxias, Santa Cruz ou Lajeado são
815 mercados consumidores, tem que ter alguém que produza. E não adianta querer isentar a região que produz e cobrar
816 da outra que está aí. E volto a colocar: não adianta querer dizer que temos que começar a repor e tal, e vai
817 descarregar do produtor, porque do couro que sai a correia, e não adianta dizer que não vai ter custo, claro que vai
818 ter custo. Se temos que dar a origem da madeira, o selo não burocratizou, e foi uma das questões, e quando era o
819 IBAMA nós tínhamos que ter todo um outro sistema para conseguir derrubar cinco a dez hectares de acácia já para
820 colher, na época, nos anos 80. E acho que agora já no século XXI temos que agir um pouco diferente, e se temos
821 vocação para alguma coisa, temos que começar a agir. E ontem pegamos a experiência de Minas Gerais, que é a lei
822 mais restrita do País. E lá está sendo usada certas coisas, e não vou colocar agora, e me chamou a atenção, e certas
823 pessoas aqui quererem dizer, não sei se mudou, e até entendi o que a pessoa quis dizer com isso, mas não é por aí,
824 temos que evoluir. E para evoluir não importa quem é o governo. **Sr. Carlos Emílio Schwanke:** boa-tarde. Não
825 vejo que alguém aqui esteja defendendo a redução dos índices de mata nativa ou plantada, e tem uma discussão
826 primeiro, de um reconhecimento conjunto de que a floresta plantada tem que ser considerada enquanto uma lavoura
827 florestal, e isso pelo menos todas as afirmações colocaram isso, e gostaria de lembrar que há mobilidade, dada a
828 aprovação da proposta que o Luiz Felipe está apresentando, há mobilidade de informações para a gente detectar,
829 em curto espaço de tempo, se está havendo alguma mudança na realidade, tanto da mata nativa do Estado quanto na
830 área plantada, e a discussão aqui está-se centrando, e se a gente vai fazer o controle individual, produtor a produtor,
831 ou se a gente utiliza uma técnica que é o do geoprocessamento. O geoprocessamento, todo o levantamento florestal
832 do Estado, que está sendo realizado de forma continuada, de cinco em cinco anos, ele não vai precisar ser feito um
833 novo tabulamento dos dados para nos indicar se houve uma realidade alterada ou não. E esta questão nos permite
834 exonerar da parte do pequeno e médio agricultor, um controle específico, pontual, e digamos assim, muito mais
835 complexo e mais dificultado do que uma técnica que a Secretaria do Meio Ambiente já está utilizando que é o do
836 geoprocessamento. E há uma orientação política da própria SEMA, se houver qualquer tipo de alteração, na
837 realidade, de tomar a decisão cabível, no tempo necessário, e não acredito que isso vá ocorrer. **Sr. Drauto Luiz**
838 **Oliveira:** vou colocar aqui a posição da Secretaria de Segurança, nós que atuamos diretamente na fiscalização, e que
839 diariamente temos “n” problemas com referência a essa burocratização que há quanto as exóticas. E nós somos
840 favoráveis a extinção, principalmente da burocracia, tendo em vista que ela penaliza principalmente as pessoas que
841 estão produzindo, principalmente os pequenos, e é muito justo isso aí, pois o próprio Deputado colocou aqui que às
842 vezes pessoas que têm um metro de lenha, de exótica, são penalizados com multas pesadas, e nós, como somos do
843 Poder Público, não podemos isentar e nem ter bom-senso pois temos que cumprir aquilo que está formal, aquilo que
844 é legal, salvo de eu estar cometendo um outro tipo de delito, tendo um bom-senso com as pessoas que estão
845 produzindo. E somos favoráveis, e acho que até é muito bom que se liberem todas essas democracias, pois assim
846 vamos poder fiscalizar muito melhor as matas nativas. O corte, principalmente hoje, temos compromissos ambientais
847 que estão aí, de pessoas que cortam ilegalmente florestas nativas, e que o Estado, muitas vezes, por certas
848 burocracias que têm, não consegue fiscalizar. Muito obrigado. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** o Conselheiro Drauto
849 conseguiu colocar bem a visão de quem está num órgão de fiscalização. A pior coisa que existe é quando tu estás
850 num processo de fiscalização e tem que fazer cumprir uma lei, que tu percebes que está cometendo uma injustiça
851 social ao aplicá-la, e acho que temos, mas como órgãos de fiscalização, somos obrigados, muitas vezes, lavrar um
852 auto de infração, lavrar uma multa, pesada por encontrar numa barreira de fiscalização, um caminhão que está
853 passando sem uma guia florestal ou algum outro problema, mas que seja de eucalipto, de acácia ou de pinus, e que
854 nós, ao não fiscalizarmos, estaríamos cometendo uma prevaricação, pois está previsto em lei. E o nosso objetivo de

855 fato é fazer com que esta situação mude, e colocar basicamente que para termos aumento destas florestas, não
856 precisamos de obrigatoriedade. E há outros mecanismos que a sociedade pode utilizar, de estímulo, e aí a sociedade,
857 não só o Poder Público, para que possamos ter matéria-prima suficiente para abastecer esses usos de biomassa. A
858 SEMA tem participado junto com a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, de todos esses processos de
859 instalação de usinas térmicas com base de biomassa, e nós inclusive levamos no seminário de acacicultura. E a
860 proposta de discutir com a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, a instalação de uma usina térmica à base
861 de biomassa para aproveitar o resíduo do corte de acácia, que hoje muitas vezes é queimado, e com a possibilidade
862 de termos um aproveitamento energético desse resíduo que é queimado a céu aberto, originando todo um conflito
863 também com a nossa fiscalização, e creio que podemos trabalhar com essa espécie do estímulo, porque a
864 obrigatoriedade pontual, que acho que o Conselheiro. E ela leva a pouco resultado prático. E de fato temos um
865 instrumento, que é o inventário florestal que nos permite uma avaliação completa da situação, a cada cinco anos,
866 fazendo com que qualquer dano as formações nativas, no caso, possa ser detectado com rapidez e sendo tomadas as
867 providências necessárias para o caso. E colocada a nossa preocupação central em manter a nossa fiscalização, o
868 nosso trabalho nas florestas nativas, liderando o nosso trabalho, nesses encargos, e as floresta exóticas, tirando o
869 foco de atuação do órgão florestal pela excessiva centralização e atividades de burocracia mesmo, de análise de
870 notas fiscais, de consumidores, de empresas, que é um processo extremamente burocrático e demorado, mas substituí
871 isso por um outro mecanismo, que a sociedade tem que discutir, de fomento, de agilização de plantio, e a própria
872 facilitação do consumo vai fazer com que haja maior demanda por produtos florestais, originando maior plantio
873 dessas espécies que são plantadas para corte e consumo. **Sr. Presidente:** antes de passarmos aos encaminhamentos,
874 a Mesa abre a oportunidade para que quatro não-Conselheiros façam a manifestação, e aí a Mesa vai controlar o
875 tempo, com muito rigor, para que nós possamos passar, o mais breve possível, aos encaminhamentos. O primeiro
876 inscrito é o Senhor João Roque. **Sr. João Roque da Rosa:** quero cumprimentar o Presidente, Sr. Cláudio Langone, e
877 em nome dele cumprimento os demais da Mesa, cumprimento a todos aqui presentes. Sou Secretário da Agricultura
878 e Meio Ambiente do Município de Brochier, e sou Presidente dos Secretários de Agricultura do Vale do Caí,
879 somando vinte Municípios, e tivemos a felicidade de promover em Brochier o Primeiro Seminário Estadual de
880 Acacicultura, por meio desse CONSEMA, que também se chama CONSEMA – Conselho de Secretários, com
881 grande apoio da FETAG, apoio das EMATER da região, e nesses encaminhamentos, encaminhamos às pessoas
882 competentes, responsáveis aí, um encaminhamento que diz com o encaminhamento do DEFAP. E a gente fica muito
883 feliz que hoje está tendo uma posição, que com certeza vai ser a posição de muitas famílias, que a gente representa
884 no Vale do Caí, e aqui tem vários Secretários de Agricultura também junto comigo, do Vale do Caí, onde após este
885 seminário fui convidado no Vale do Taquari para participar da Reunião dos Secretários, em 40 Municípios, e que
886 também estão na campanha junto conosco. E para salientar, estamos fazendo uma campanha em todas as Secretarias
887 de Agricultura do Vale do Caí, e quatorze Municípios do Vale do Taquari, Triunfo, região de Butiá, e se chama uma
888 Moção Popular que será anexada junto à Moção do Seminário de Brochier. E são trinta Municípios na campanha, e a
889 nossa meta é recolher 30 mil assinaturas, e com certeza a gente vai atingir isso, para ver a tal preocupação dos
890 agricultores. E queria deixar o meu agradecimento, aqui em especial à Mesa, que está coordenando os trabalhos, e
891 dizer que muitas e muitas famílias deste Estado estão esperando por uma posição que vai beneficiar muito a eles.
892 Muito obrigado. **Sr. Presidente:** só um esclarecimento. O Secretário Langone não se encontra aqui hoje, e sou
893 Nilvo, Presidente da FEPAM, Secretário Executivo do Conselho, hoje substituindo o Secretário Langone na
894 Coordenação. De qualquer maneira, agradeço os cumprimentos em nome do Secretário. Passamos ao Marcos. **Sr.**
895 **Marcos R. Matter:** estou muito impressionado, e acho que não estou morando neste Estado, porque a nossa região,
896 no noroeste do Estado, está acontecendo bem ao contrário do que acontece na região aqui da Grande Porto Alegre.
897 O que acontece lá? O agricultor não paga nada por vender matéria-prima porque a empresa é a formadora de
898 estoque. E o agricultor colhe o seu produto e entrega na empresa, e simplesmente vai lá e com o RET, com o
899 carimbo, carimba a nota dele e está isento. E é isso que funciona. E até gostaria de saber que guia é esta que se usa
900 para produtos exóticos. É o selo verde? Ou é o RET ou tem alguma guia que foi RET nativa? E estou perguntando,
901 não sei. Na minha posição e dos Colegas aqui, em nossa região não é assim, e não sei se está errado lá, está errado
902 aqui. E só esta contribuição que gostaria de dar. Obrigado. **Sr. João Bandeira:** cumprimento a Mesa e o meu abraço
903 a todos os senhores. Para os que não me conhecem, fui o Chefe da Compra do Abastecimento da Satipel por 23 anos.
904 E sou produtor de tradição, meus pais, meus avós já plantavam floresta, e naquele tempo começaram com eucalipto,
905 depois acácia, e agora é eucalipto e continuo junto. E a experiência que tive na Satipel, como Chefe da Compra, e fui
906 um dos que ajudou a trazer a indústria para Taquari, na época eu era o Vice-Presidente da Associação Brasileira dos
907 Acacicultores, e assumi a Presidência por motivo de licença do nosso Presidente. E como tal acompanhei todo o
908 trabalho de trazer a Satipel, e o grupo que nos brindou com a Satipel, e nos prometeu, na época, que não iriam eles
909 fazer estoque de madeira e nem obter florestas próprias, e eles queriam justamente comprar e beneficiar a região,
910 como beneficiar os nossos produtores de acácia. E eu forneci a eles algo muito importante para a indústria, que eu
911 tinha, na época, a associação tinha, e Montenegro era a nossa sede, e nós tínhamos levantamento em todo o Estado

912 do Rio Grande do Sul, produtor por produtor, e a idade do mato, e se queria vender e quando, e isso é muito
913 importante para alguém que monta uma indústria do porte da Satipel e que está hoje, e é uma das maiores, senão a
914 maior indústria do Rio Grande do Sul de aglomerados. E nós comprávamos, na época, em torno de 30 a 35 mil esté
915 por mês, e isso fiz durante 23 anos. E me aposentei, lamentavelmente. Mas, a Satipel, como outras indústrias, mas só
916 a Satipel, no início do trabalho, e como é até hoje, beneficiou, na nossa região, em torno de centenas de milhares de
917 famílias, direta ou indiretamente. De produtores eu acredito que nós teríamos coisa de centenas de milhares de
918 fornecedores, como hoje continua também. E aí, só para exemplificar, e mesmo se tivesse plantado floresta própria,
919 essa gente toda não iria vender a madeirinha deles. Outra coisa: e uma indústria que sei que entrou, e eu era
920 fornecedor uma época, e também conhecia muito bem, que é a Souza Cruz, foi obrigada a repor, e hoje não compra
921 nada de ninguém, e essa indústria consumia em torno de 150 mil estéril anual, e dizer também aos senhores que logo
922 após que começou o selo, que é a etiqueta, isentando a obrigação da reposição para a nossa freguesia, no caso as
923 indústrias, aumentou violentamente e os senhores podem ter conhecimento que o Estado tem hoje, sei e inclusive foi
924 feito pela Universidade de Santa Maria, que aumentou violentamente a camada florestal do Rio Grande do Sul,
925 justamente porque houve uma liberação da obrigação da reposição de quem compra. E tem mais, se caso os senhores
926 conseguirem um incentivo para que seja plantada a floresta, proponho que seja extensivo ao gado, que também tinha
927 vontade de entrar para a pecuária mas só não tem recurso, mas se o governo me pagar, vou entrar também. E dizer
928 aos senhores que têm muita vontade de plantar floresta, que na minha zona, onde comecei as primeiras florestas, não
929 tinha terra, e plantei em parceria, e eu mesmo trabalhava aos domingos, e os que me conhecem vão dizer que é
930 verdade, e assim que colhi, comecei a comprar as minhas terrinhas, e lá na minha região é fácil. E é muito fácil, não
931 precisa incentivo de nada, e é só conseguir uma terra em parceria, e a gente planta, é muito fácil, muito obrigado. **Sr.**
932 **Paulo (Prefeito de Maratá):** gostaria de saudar a Mesa, senhores Conselheiros, representantes de todos os
933 Municípios. A nossa vinda e a nossa preocupação é com o nosso pequeno produtor, que está sendo penalizado, e a
934 proposta colocada pelo Luiz Felipe ficou bem clara, e acho que não deixou dúvida para nenhum Conselheiro com
935 relação a proposta colocada pelo Luiz Felipe. Uma proposta clara, uma proposta correta, uma proposta que o nosso
936 pequeno agricultor quer. Como também colocou aqui o Conselheiro, representante da Secretaria de Segurança. Há
937 poucos dias, só para citar um exemplo, da nossa cidade, um caminheiro transportando lenha, aqui para a Capital do
938 Estado, foi parado pela PATRAN, e multado, mesmo tendo a nota do talão de produtor junto, foi multado, só por
939 não ter o selo. E então, o selo está regulamentando o transporte ou o controle do corte? Vejo o selo hoje
940 regulamentando muito mais o transporte do que o dano do corte lá. E então, é esta a nossa preocupação. Ou nós
941 continuamos com o selo, continuamos incentivando a sonegação, onde perde o Estado, perdem os Municípios, com
942 essa sonegação, e enquanto que nós, em nossa região do Vale do Caí, e eu tenho que falar, eu tenho que defender
943 também a minha região, que é do Vale do Caí, e estamos aumentando cada vez mais a nossa arrecadação, por nós
944 trabalharmos, nunca um produtor nosso ganhou de uma empresa um pé de acácia ou pé de eucalipto, e compraram
945 com o subsídio dos Municípios, das prefeituras, e ninguém nunca ganhou nada de graça. E é assim que se trabalha
946 aqui na nossa região. E se lá na região, do outro lado do nosso Estado ganham, aqui não se ganha nada. E discordo
947 do Conselheiro que colocou que o interesse do Dep. Paulo Azeredo, apesar de ser de outro partido, não é do meu
948 partido, mas não concordo com injustiça. O interesse do Dep. Paulo Azeredo é para o pequeno produtor, porque ele
949 também é um produtor, e não eleitoreiro, como foi colocado pelo Conselheiro. E acho que não se pode misturar
950 política, e estamos discutindo aqui um problema do nosso pequeno produtor, e temos que manter o nosso pequeno
951 produtor lá na lavoura. Muito obrigado, senhor Coordenador. **Sr. Presidente:** passamos a etapa de
952 encaminhamentos. A Mesa gostaria de fazer dois esclarecimentos que considera importantes pela observação no
953 debate. O primeiro deles, é que reiterando que ao CONSEMA não cabe aqui, na verdade, a deliberação sobre a
954 legislação estadual, e isso cabe à Assembléia, e o que o Conselho está discutindo aqui é uma posição sua para envio
955 à Assembléia, que deverá influenciar, certamente, as discussões do projeto de lei que está lá para ser votado sobre a
956 alteração do Código Florestal. A segunda questão é que nos parece que são duas Câmaras Técnicas que trabalharam
957 dentro do CONSEMA, e nos parece que não há nenhum Conselheiro aqui contrário ao fomento, ao plantio de
958 florestas exóticas, muito menos a proteção das florestas nativas. A discussão nos parece que está muito mais se o
959 instrumento de formação de estoque é efetivo para garantir o crescimento da oferta de florestas exóticas, e me parece
960 que é esta a discussão que o CONSEMA está colocando, e é essa a divergência entre as Câmaras Técnicas e os
961 Conselheiros que aqui se manifestaram. Portanto, a Mesa apela para que a gente tente buscar um encaminhamento
962 que contemple e a preocupação dos Conselheiros, que é garantir uma atividade econômica, principalmente para o
963 pequeno produtor, com uma carga menor de exigências não efetivas, e que obviamente, ao mesmo tempo, busque
964 fomentar as florestas exóticas e a proteção nas florestas nativas. E me parece que é esta a equação, que todos os
965 Conselheiros estão aqui tentando trabalhar, todas as posições aqui são legítimas e todas as posições aqui são muito
966 sérias. E então, com esta observação a Mesa encaminha a discussão sobre o encaminhamento desta questão, que é
967 uma questão muito importante, pelo que vimos aqui no debate, e com posições muito sérias, das duas Câmaras
968 Técnicas que acumularam, que refletiram, e trouxeram propostas para este Conselho. Feitas estas observações, a

969 Mesa abre para o Plenário, para as propostas de encaminhamento. De antemão, destacando que temos duas posições
970 diferenciadas, trazidas ao Plenário, por duas Câmaras Técnicas diferentes, e é a primeira vez que este Plenário
971 enfrenta uma situação peculiar como esta. A palavra está aberta aos senhores Conselheiros para proposições de
972 encaminhamento. **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior:** temos duas posições já construídas dentro das Câmaras Técnicas
973 do CONSEMA e que já estão prontas para votação. E podemos verificar se há no Plenário outras posições relativas
974 ao tema, e se havendo ou não, encaminhar o assunto para deliberação. **Sr. Presidente:** as duas posições foram
975 colocadas no início da reunião, e são as duas Câmaras Técnicas: a Câmara Técnica de Biodiversidade e Política
976 Florestal deliberou pela manutenção do instrumento de formação obrigatória de estoques e a Câmara Técnica de
977 Agroindústria e Agropecuária deliberou pela retirada deste instrumento do Código Florestal, como forma de
978 influenciar os projetos de lei que estão na Assembléia e que apontam no sentido da retirada deste instrumento do
979 Código Florestal. Esse é o esclarecimento que a Mesa pode dar. Se há necessidade de um aprofundamento solicitaria
980 que isso fosse feito pelos Relatores das duas Câmaras Técnicas. A palavra continua aberta ao Plenário. **Sr.**
981 **Leonardo Alvim Beroldt da Silva:** queria encaminhar à Mesa uma terceira proposta: tendo em vista que a
982 discussão, neste Plenário, foi uma discussão parelha, quer dizer, temos posições antagônicas, normais, naturais,
983 partem do processo democrático, e queria fazer uma consideração sobre o trabalho das Câmaras Técnicas, ainda que
984 julgando importante o trabalho que as Câmaras Técnicas desenvolveram, mas me parece que teria sido, talvez sim,
985 talvez não, mais proveitoso para este Plenário que as Câmaras Técnicas tivessem discutido suas posições
986 anteriormente à vinda deste tema para este Plenário. E, uma vez que são Câmaras Técnicas e que chegaram a
987 conclusões, supostamente a partir de argumentações técnicas, e que chegasses a esse Plenário construindo, buscando
988 construir uma posição conjunta ou não, mas pelo menos tentativa disso. E nesse sentido, queria consultar, na
989 verdade, a este Conselho, sobre a possibilidade de uma terceira proposta, tendo em vista que o próximo Inventário
990 Florestal do Estado do Rio Grande do Sul deve ocorrer aí nos próximos cinco anos, avaliar a possibilidade de que
991 não sermos definitivos, não sermos sumários numa posição de subtrair o art. 18 do Código Florestal, mas talvez de
992 encaminhar uma recomendação ao Parlamento, à Assembléia Legislativa, de que se suspendesse o artigo até o
993 próximo Inventário Florestal, e considerando que o próximo Inventário Florestal vai-nos dar uma radiografia
994 atualizada da situação no Rio Grande do Sul, o Parlamento retomaria a matéria, retomaria a discussão de manter ou
995 não manter o art. 18 do Código Florestal. **Sr. Presidente:** palavra continua aberta ao Plenário para proposições de
996 encaminhamento. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** acho que é uma proposta nova, e tem que abrir um período de
997 esclarecimento desta proposta. Se entendi direito seria, no momento suspender o artigo 18, e a partir desse momento
998 ficariam todos isentos de fazer a formação de estoque e aí se aguardaria, daqui a cinco anos, quando tivesse uma
999 nova radiografia do Inventário Florestal. A mim parece o seguinte: tivemos o resultado do Inventário Florestal,
1000 largado em maio deste ano, há quatro meses. Vamos esperar mais cinco anos para atualizá-lo, se temos um dado de
1001 quatro meses atrás? Outra coisa: o Inventário é um dos instrumentos para nós podermos decidir melhor esta questão.
1002 E o outro instrumento é um diagnóstico de demanda. Ou seja, a gente tem um inventário, que mostra o que temos
1003 oferecendo em termos de florestas a nossa oferta. Mas não temos qual é a demanda exata. A gente tem uma noção
1004 bastante razoável, e isso é consenso de todos, que para muitas atividades falta madeira. Mas, não exatamente quanto
1005 em cada setor. E essa demanda, se a gente vai esperar só o Inventário, daqui a cinco anos, não vai dar essa demanda,
1006 a menos que a gente coloque esta demanda. Mas aí esperar esses cinco anos, acho que esse estudo de demanda tem
1007 que ser feito então agora antes de liberar essa formação de estoque. E aí mediante este estudo comparativo, e é isso
1008 que está em nossa proposta. Só que em vez de fazer isso para todo o Estado, propõe-se fazer isso para cada região,
1009 para cada Município. Esse balanço, o que tem de floresta plantada, e o que tem de demanda florestal, fazer-se
1010 regionalmente, por Município. Aí o que tem de superávit se libera. E onde não tem, pois obviamente, de repente, não
1011 tem interesse em fazer esse estudo para todo o Estado, pois há regiões, onde se sabe de antemão, com certeza que é
1012 deficitário. Fica um pouco comprometida essa nova proposta do meu ponto de vista. E ela se alinha, basicamente, e
1013 fica igual a proposta da SEMA, praticamente. **Sr. Presidente:** estamos na proposição de encaminhamentos, não na
1014 defesa das proposições ainda. E vamos abrir logo esta possibilidade. **Sr. José Lauro de Quadros:** faço uma
1015 consulta: temos “quorum” para fazer uma votação? **Sr. Presidente:** temos vinte Conselheiros no Plenário, e temos
1016 um “quorum” mais do que suficiente para deliberar sobre esta matéria. **Sr. José Lauro de Quadros:** obrigado. **Sr.**
1017 **Presidente:** a Mesa está consultando os Conselheiros, e fez um apelo anterior, para verificar a possibilidade,
1018 evidentemente, que nós chegássemos a uma solução negociada, neste Conselho, o mais consensual possível, e temos
1019 três propostas no momento. E partindo do princípio que todos aqui têm a mesma intenção, que é preservar florestas,
1020 e ninguém aqui tem uma intenção diferente desta. Então, estamos vendo a possibilidade que se busque uma posição
1021 mais consensual. Se não houver esta possibilidade, evidentemente a Mesa vai colocar a matéria em votação no
1022 Plenário. **Sr. Arno Leandro Kayser:** estamos pensando alto, na medida que nos foi informado que não temos
1023 poder, e a quem compete tomar esta decisão é a Assembléia, e a Assembléia está aguardando uma manifestação do
1024 CONSEMA, acho que o mais correto é informar o fato: há duas posições, construída uma pela Câmara Técnica de
1025 Biodiversidade e Política Florestal e outra pela Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária, e expor a

1026 composição de ambas, e porque resultaram em posições divergentes, e talvez um setor esteja melhor representando
1027 numa, e outro melhor representado em outra, expor essas duas posições, e oferecer isso à Assembléia, e deixar dito
1028 que é uma questão que está dividindo, a não ser que nós tivéssemos o poder de votar, e teria que botar uma contra a
1029 outra, mas se a questão é informar a posição à Assembléia, o mais correto é dizer que há duas posições que
1030 representam uma massa razoável do que é a posição dos Conselheiros, e ninguém é contrário a expor isso. **Sr.**
1031 **Presidente:** a Mesa considera esta como uma quarta proposta, que é o Conselho não definir, nem por uma, nem por
1032 outra, mas apresentar à Assembléia, que há uma divergência entre as Câmaras Técnicas. E temos inscrito o
1033 Conselheiro Drauto e o Conselheiro Lewgoy, logo após. **Sr. Drauto Luiz Oliveira:** foi feito o estudo por duas
1034 Câmaras Técnicas, e o mais razoável é votar essas duas propostas, pois aí se manda para a Assembléia as duas
1035 propostas, e também se manda também a posição da votação dos Conselheiros, e a Assembléia vai ter uma posição
1036 já definida para votar ou aprovar ou não. **Sr. Presidente:** o Conselheiro Drauto acaba de fazer uma proposta de
1037 encaminhamento, e a Mesa vai pedir um esclarecimento ao Conselheiro. Pelo que entendemos, o Conselheiro
1038 apresenta uma 5ª proposta, que é votar, entre uma e outra, mas mesmo assim registrar à Assembléia que houve duas
1039 posições nas Câmaras Técnicas. **Sr. Flávio Lewgoy:** sr. Presidente, Colegas. Antes que surja uma sexta, uma sétima
1040 proposta, acredito que os Conselheiros já estão suficientemente esclarecidos a votar. E pode-se considerar duas, três
1041 propostas, e agora temos que informar à Assembléia que está longe de consenso ou de maioria esmagadora a decisão
1042 do CONSEMA, a opinião do CONSEMA, neste caso, e não seria uma decisão, seria uma opinião. Já que quem vai
1043 decidir mesmo são os deputados. E acredito que, sem que isso represente uma sétima proposta, nós devemos votar
1044 realmente aquilo que foi debatido, até porque a pauta é bem mais longa do que o primeiro item. Obrigado. **Sr.**
1045 **Paulino Olivo Donatti:** se desde o início, se vieram as duas propostas para cá, a gente até participou das duas, e elas
1046 vieram para cá, e tem que colocar as duas em votação e acabou, pois as posições já estão definidas, e não adianta
1047 nós ficarmos discutindo. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro (Questão de Ordem):** seria interessante a
1048 gente limitar o tempo que as pessoas vão falar agora, para defender as suas posições de voto. **Sr. José Lauro de**
1049 **Quadros:** Sr. Presidente, senhores Conselheiros. Estamos há muitos meses debatendo este assunto, e este assunto foi
1050 remetido a duas Câmaras Técnicas. E as Câmaras Técnicas debateram exaustivamente. O resultado dos trabalhos
1051 das Câmaras Técnicas estão aqui para o Conselho, e a proposta que o Conselheiro Leonardo apresentou seria até
1052 uma outra alternativa da Câmara Técnica. E um outro Conselheiro, que não recorro o nome também. Mas nós agora
1053 estamos na reta final de um trabalho que não é definitivo, e ele não vai mudar a lei, e nós temos que ver, no presente
1054 momento, já que temos “quorum”, e estamos num contencioso, e não houve consenso. E quando não há consenso,
1055 nós estamos numa democracia, vamos ver a opinião da maioria, que depois será levada à Assembléia, e é lá que vai-
1056 se decidir. Sou pela votação das duas propostas. **Sr. Presidente:** a Mesa vai propor um encaminhamento tendo
1057 ouvido todas as propostas. A Mesa propõe que se faça uma deliberação em duas etapas: 1 – a primeira questão é se
1058 este Conselho tira uma posição, aqui entre uma e outra proposta, ou envia as duas propostas para a Assembléia. Se o
1059 Conselho definir que quer tirar uma proposta, então passamos a votação entre as três propostas que foram
1060 apresentadas, das duas Câmaras Técnicas e a proposta apresentada pelo Conselheiro Leonardo, da Secretaria de
1061 Agricultura. Está claro para o Plenário a proposta de encaminhamento? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Não, só
1062 uma questão de ordem. Se forem enviadas duas propostas, pode ser enviada as duas propostas com ou sem votação.
1063 **Sr. Presidente:** bem lembrado, mas a palavra, neste momento, está concedida somente aos Conselheiros, para que a
1064 gente possa encaminhar. De qualquer maneira, passamos ao primeiro encaminhamento que é. E este Conselho tira
1065 uma posição aqui hoje para envio à Assembléia ou remete a diversidade de opiniões apresentada em Plenário. A
1066 Mesa está propondo à Plenária um encaminhamento. E vamos colocar em votação, o Plenário vai decidir agora se
1067 quer tirar uma posição para envio à Assembléia, ou se envia à Assembléia a diversidade de opiniões apresentadas
1068 aqui hoje? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** se for decidir pela votação, não mais vai-se poder decidir. **Sr.**
1069 **Presidente:** é isso que o Plenário vai decidir agora. envio à Assembléia, ou se envia à Assembléia a diversidade de
1070 opiniões apresentadas aqui hoje? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** se ele decidir votar, ele vai votar por uma
1071 coisa ou outra. Mas não preenche a possibilidade de votar. **Sr. Presidente:** a primeira questão é se o Conselho quer
1072 tirar de uma posição, ou não, ou se quer remeter à Diversidade, para definição da posição, e aí se envia o registro das
1073 posições que foram vencidas, ou simplesmente envia a posição vencedora. A primeira etapa da votação é se o
1074 Plenário deseja deliberar hoje aqui um opinião para envio à Assembléia, proposta 01 ou envia a Assembléia a
1075 diversidade de opiniões: Proposta 1: este Plenário delibera por enviar uma posição à Assembléia Legislativa. A
1076 Proposta 2: o Plenário decide enviar simplesmente a diversidade de opiniões que surgiram hoje aqui na discussão do
1077 Plenário. Está clara? Os Conselheiros que votam a favor da Proposta 1 levantem os seus crachás: **8 votos. Sr. Arno**
1078 **Leandro Kayser:** a SEMA não é a Presidência? E a Presidência só vota em caso de empate. **Sr. Presidente:** a
1079 Presidência está sendo exercida por mim e eu me absteve. **Sr. Arno Leandro Kayser:** desculpa, Nilvo, mas a
1080 Presidência é exercida pelo representante da SEMA. **Sr. Presidente:** na verdade, podemos trocar, passo a
1081 Presidência à SEMA, pelo Conselho Sílvio Botelho. A Mesa acata a posição do Conselheiro Arno e corrige a
1082 posição. E a Mesa respeita a proposição de formalizar a posição e vota pela Secretaria. Aqueles Conselheiros que

1083 votam pelo envio à Assembléia Legislativa da diversidade de opiniões apresentadas no Plenário, por favor levantem
1084 os seus crachás: 10. **Vencedora então a proposta de deliberação hoje em Plenário e envio de uma opinião à**
1085 **Assembléia Legislativa.** Passamos as nuances. Primeiro a definição da opinião vencedora, e depois se registramos
1086 as demais. É importante votar. Na verdade, tanto faz, nesse caso. Conselheiros, passamos para a segunda etapa de
1087 votação. Temos três propostas em votação. **Sr. José Lauro de Quadros (Questão de Ordem):** considero que nós
1088 temos duas propostas em votação, sendo que uma com um adendo. E nós temos uma proposta que é eliminar a
1089 reposição e outra proposta manter a reposição. A de eliminar a reposição tem um adendo “por prazo limitado”.
1090 Então, a minha questão de ordem proponho que se mantenha a reposição ou não se mantenha, e no caso de manter,
1091 por prazo limitado ou por revogação do artigo. **Sr. Presidente:** a Mesa considera que são três propostas diferentes.
1092 Pois pode haver concordância do Conselheiro apenas se for por tempo limitado, e pode haver Conselheiros que não
1093 concordam com a eliminação total, e a Mesa considera que há três propostas diferentes. **Sr. Luiz Felipe Kunz**
1094 **Júnior (Questão de Ordem):** concordo com a proposta de encaminhamento feita pelo Conselheiro da FARSUL no
1095 sentido de que parece que poderíamos ter uma divisão de opiniões, por exemplo, favoráveis à suspensão da
1096 formação de estoque, e esta ser vencida por uma posição minoritária de manutenção porque as duas propostas
1097 estariam divididas. Então, parece que devam estar concentradas as propostas que falam da supressão de formação de
1098 estoque e depois se vê ou se é definitiva, ou uma suspensão por cinco anos, pois senão podemos ter uma confusão de
1099 voto no Plenário. **Sr. Presidente:** a Mesa acata o argumento do Conselheiro Luiz Felipe e do Conselheiro Lauro.
1100 De fato, há necessidade de votar separadamente as propostas. Então, passamos a primeira votação, que é sobre a
1101 manutenção ou não do instrumento, da formação obrigatória de estoques. Está claro ao Plenário do que está sendo
1102 votado nesta etapa? A etapa de votação agora, para que fique claro, se nós encaminhamos a opinião à Assembléia
1103 Legislativa de manutenção do instrumento, de formação obrigatória de estoques, ou se encaminhamos uma posição
1104 pela retirada desse instrumento. Após, caso vença a posição de retirada, se definitivamente ou se por um tempo
1105 específico para que haja uma revisão após o novo inventário que é a proposta apresentada pelo Conselheiro da
1106 Agricultura. Se é por tempo determinado ou indeterminado. **Sr. Gustavo Moraes Trindade:** não há possibilidade
1107 de se compor esta segunda proposta que envolve a retirada por tempo determinado ou não, de compor uma proposta
1108 só nesta segunda? **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** acho que feita a primeira votação, se tiver a formação de estoque
1109 pode-se discutir, e depois podemos dar três minutos para discutir se formamos uma nova proposta, mas depois, num
1110 segundo momento. **Sr. Presidente:** a Mesa considera que o encaminhamento, neste momento, está clara, e temos
1111 que decidir a questão central, pois uma vez que este Plenário votou por decidir, e fazer a votação da questão central
1112 que é a manutenção ou retirada. A proposta 1 é a proposta de opinião de retirada do instrumento de formação
1113 obrigatória de estoques; proposta 2 da manutenção. Os Conselheiros que são favoráveis a proposta 1, levantem os
1114 seus crachás: 11; Aqueles Conselheiros que votam pela manutenção do instrumento: 08; Abstenções: 02. Portanto,
1115 vencedora a proposta de encaminhar a opinião da retirada do instrumento. Passamos a terceira etapa de votação, e a
1116 Mesa consulta os proponentes se há alguma possibilidade de conciliação das duas propostas ou passamos à votação.
1117 **Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior:** pediria três minutos para serem discutidas as questões entre os proponentes e mais
1118 entidades que votaram. **Sr. Presidente:** a Mesa faz um apelo aos Conselheiros, e a Mesa favorece o
1119 encaminhamento que aponte para uma tentativa de conciliação das duas propostas. A Mesa vai abrir dois minutos
1120 para que os Conselheiros conversem aí e vamos passar a continuidade da votação. (INTERVALO). A Mesa consulta
1121 se há uma proposta consensual a ser encaminhada ou se realizamos a votação das duas propostas? Se não houver
1122 manifestação a Mesa coloca em votação as duas propostas. Temos duas propostas a serem votadas agora. O Plenário
1123 votou favorável a opinião de retirada, e temos duas propostas: uma de retirada em definitivo e a outra por cinco
1124 anos até a realização, posição que deverá ser revista quando da realização do próximo inventário florestal do Estado
1125 em cinco anos, e esta foi a proposta apresentada pelo Conselheiro da Secretaria da Agricultura. E vamos considerar a
1126 proposta 1 da simples retirada em definitivo, e a proposta 2 a retirada por tempo de cinco anos até a realização do
1127 próximo inventário florestal do Estado. Está claro ao Conselho o que está sendo votado? **Sr. Ricardo Litwinski**
1128 **Süffert:** Faça um adendo a essa proposta. **Sr. Presidente:** Estamos em votação e não mais na proposição de
1129 encaminhamentos. A Mesa faz um apelo para que respeitamos a fase dos trabalhos que estamos. **Sr. Ricardo**
1130 **Litwinski Süffert:** Acho que é só para melhorar a proposta. A proposta é simplesmente um novo inventário junto
1131 com o estudo de demanda. **Sr. Presidente:** A proposta é por tempo determinado. Então, a proposta fica sendo de
1132 cinco anos, até o próximo inventário e estudo de demanda. A proposta 1 é pela retirada em definitivo e a proposta 2
1133 é por tempo de cinco anos e quando da realização do inventário e estudo de demanda. A Mesa coloca em votação.
1134 Os Conselheiros que votam na proposta 1 de retirada em definitivo: 4; Proposta 2, por tempo determinado, até cinco
1135 anos e estudo de demanda: 17; Abstenções: nenhuma. **Vence a proposta de encaminhar à opinião à Assembléia**
1136 **Legislativa de suspensão por tempo determinado por esses cinco anos.** A última etapa da votação é se
1137 encaminhamos apenas esta opinião à Assembléia Legislativa ou se também registramos as outras opiniões que
1138 surgiram dentro deste Conselho. Vamos encaminhar para a Assembléia Legislativa a proposta vencedora registrando
1139 as votações que ocorreram dentro desse Conselho, portanto as posições diversas que surgiram aqui e o seu peso nas

1140 votações. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** manda junto com a Ata. **Sr. Flávio Lewgoy:** a Ata vai ser enviada
1141 também? **Sr. Presidente:** parece que esse seria o melhor encaminhamento com uma posição com a Ata desta reunião
1142 do Conselho, onde vão estar registrados não só as votações, mas todas as opiniões expressas aqui. Há concordância
1143 sobre isso? Proposta 1 – Apenas enviar a opinião vencedora neste Plenário, aquela que foi majoritária, que é de
1144 retirar por tempo determinado; e a Proposta 2 é enviar a proposta vencedora, mas acompanhada da Ata desta
1145 reunião. Está clara a posição 2? Enviar a opinião vencedora, registrando as outras opiniões que apareceram aqui. A
1146 Mesa entendeu que a proposição era de que esse registro das outras posições fosse o encaminhamento da Ata, mas a
1147 Mesa também pode encaminhar uma observação expressa sobre os resultados das votações que foram feitas aqui e a
1148 Ata. Aqueles que são favoráveis a proposta 1 de apenas encaminhar a posição vencedora sem registrar as demais
1149 posições deste Conselho: 6 votos; os Conselheiros que votam também por enviar o resultado das votações e a Ata:
1150 15 votos. **Sr. Presidente:** prezados Conselheiros, a Mesa vai recapitular o que decidimos hoje aqui. O Plenário deste
1151 Conselho deliberou pelo envio à Assembléia Legislativa da opinião de suspensão do instrumento, a formação
1152 obrigatória de estoques pelo período de cinco anos até a realização do próximo inventário florestal e de um estudo
1153 de intenção de demanda. Enviaremos também o resultado das votações do Plenário e a Ata desta reunião, para que
1154 fique registrado a diversidade do debate que aconteceu aqui hoje, e destacando que quem propôs a complexidade de
1155 propostas foi este Plenário e a Mesa apenas fez um esforço grande para tentar conduzir todas as propostas a uma
1156 análise clara e a bom termo. E encerramos este ponto de pauta, e são 17h30min e teríamos hoje na pauta deste
1157 Conselho ainda: **03 – Descentralização do licenciamento para corte de vegetação como anexo da Resolução**
1158 **05/98.** Destacando que este é um tema fundamental para os municípios e para o processo de descentralização, não-só
1159 do licenciamento ambiental, mas para a autorização de manejo florestal também, conjuntamente, e teríamos ainda
1160 uma questão mais pontual: **04 – Manifestação da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos.** A Mesa
1161 consulta o Plenário se há disposição ainda de deliberarmos sobre o Item 03, que é um item fundamental, que é o da
1162 Descentralização do licenciamento para corte de vegetação, que é a inclusão de um anexo na Resolução 05/98 deste
1163 Conselho. **Sr. José Lauro de Quadros:** tendo em vista que nós já estamos há três horas e meia num assunto pesado,
1164 e hoje é sexta-feira, e algumas pessoas viajam, e tendo em vista a importância deste assunto que vai ser debatido, eu
1165 proponho que marquem uma reunião específica para esses dois temas, a curto prazo, para que nós possamos estar
1166 aqui com melhores condições para debater. **Sr. Jackson Müller:** sr. Presidente. Faria uma consulta ao Plenário,
1167 primeiro se ele está esclarecido a respeito do assunto, até porque essa questão foi amplamente debatida junto à
1168 Comissão de Florestas e Biodiversidade, bem como foi aprovada pela Comissão Tripartite. Então, se o Plenário
1169 entender que está esclarecido, proporíamos a votação deste tema. Se o Plenário entender que não está esclarecido
1170 sobre o assunto, concordo com o Conselheiro Lauro. **Sr. Presidente:** a Mesa acata a proposta de encaminhamento e
1171 se o Plenário está suficientemente esclarecido sobre a proposta da descentralização do licenciamento do corte de
1172 vegetação, poderíamos passar a votação. Se o Plenário não se considera suficientemente esclarecido, forçosamente
1173 temos que enviar essa discussão para uma próxima reunião do Conselho. A Mesa consulta o Plenário se o Plenário
1174 se sente suficientemente esclarecido para a votação do Item 03 da pauta desta reunião. Há algum Conselheiro
1175 contrário a votação do Item 03? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** pelo menos ler a Resolução, pois eu confesso
1176 não estar muito esclarecido. E me confesso que estou pouco esclarecido. **Sr. Presidente:** a Mesa vai encaminhar
1177 assim: e vamos deliberar se o Plenário quer votar essa matéria hoje ou jogamos para uma próxima reunião. Aqueles
1178 Conselheiros que desejam fazer a votação desse item hoje, por favor levantem os seus crachás: 9; Os Conselheiros
1179 que desejam colocar este tema para uma próxima reunião neste Conselho: 10. A Mesa acata a deliberação do
1180 Plenário, e repassamos a pauta pendente de hoje para uma próxima reunião do Conselho. **Sra. Kathia Maria**
1181 **Vasconcellos Monteiro:** na reunião passada a AGAPAN fez uma proposta de pauta, com relação a apresentação do
1182 Pró-Guaíba, do Pró-Rural e do Prodetur, e eu pergunto se há uma previsão desses assuntos entrarem em pauta. **Sr.**
1183 **Presidente:** conselheira Kathia, a informação que nós temos é que esse assunto está agendado, e esses assuntos que
1184 ficaram pendentes de hoje já estavam na fila, mas a solicitação da AGAPAN foi incluída, e o tema Pró-Guaíba e os
1185 demais programas vão ser discutidos no CONSEMA dentro da lista de prioridades. Pelo que parece agora, temos
1186 que resolver a questão da Descentralização, e pela importância do tema, da discussão dos programas, parece-nos que
1187 esse deve ser o objeto de uma reunião específica do Conselho, e neste momento a segunda reunião entre esta de hoje
1188 e a próxima, já que a próxima vai ter que deliberar sistemas que estão dependentes, e na outra os programas, é esta a
1189 previsão. **Sr. Silvio Botelho:** só queria fazer um esclarecimento, em nome da Secretaria, na fala do Conselheiro
1190 Ricardo, ele referiu-se a questão das resoluções da CONFEMA. E a Secretaria está encaminhando para publicação
1191 dessas resoluções pois isso é matéria obrigatória para a realização da próxima Conferência. E na próxima
1192 Conferência, todos os conferencistas devem ter, a bom tempo, acesso as deliberações da última Conferência. E
1193 estamos encaminhando, e acreditamos que até o final deste conseguimos fazer a publicação. **Sr. Presidente:**
1194 evidentemente, estamos fazendo um esforço para fazer a publicação. Agradecemos a colaboração de todos os
1195 senhores. Até a próxima reunião. Encerram-se os trabalhos às 17h46min.